

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	7
DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	16
DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	17
Demonstração de Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	90
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	91
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	92

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	399.106.517
Preferenciais	3
Total	399.106.520
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	1.797.463	1
1.01	Ativo Circulante	2.402	1
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.402	1
1.01.01.01	Caixa e Equivalente de Caixa	2.402	1
1.02	Ativo Não Circulante	1.795.061	0
1.02.02	Investimentos	1.795.061	0
1.02.02.01	Participações Societárias	1.795.061	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	1.795.061	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	1.797.463	1
2.01	Passivo Circulante	355	0
2.01.02	Fornecedores	21	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	21	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	15	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2	0
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	13	0
2.01.05	Outras Obrigações	319	0
2.01.05.02	Outros	319	0
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	59	0
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	260	0
2.03	Patrimônio Líquido	1.797.108	1
2.03.01	Capital Social Realizado	1.000.001	1
2.03.02	Reservas de Capital	339.351	0
2.03.02.07	Incorporação de Ações da AES Tietê	377.727	0
2.03.02.08	Efeito Reflexo Sobre Compra de Ações da AES Brasil Operações S.A	-38.376	0
2.03.04	Reservas de Lucros	547.218	0
2.03.04.10	Reservas de Investimentos	547.218	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	51.504	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-140.966	0
2.03.08.01	Incorporação de ações da AES Tietê	-119.824	0
2.03.08.02	Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-28.307	0
2.03.08.03	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	7.165	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	23.194	23.194	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-877	-996	0	0
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-877	-996	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	35	0	0
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	0	35	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-84	0	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	24.155	24.155	0	0
3.04.06.01	Resultado de equivalência patrimonial	24.155	24.155	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	23.194	23.194	0	0
3.06	Resultado Financeiro	3	3	0	0
3.06.01	Receitas Financeiras	5	5	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-2	-2	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	23.197	23.197	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	23.197	23.197	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	23.197	23.197	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,11249	0,11249	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	23.197	23.197	26.570	26.570
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-140.966	-140.966	-140.966	-140.966
4.02.01	Incorporação de ações da AES Tietê Energia	-119.824	-119.824	-119.824	-119.824
4.02.02	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	7.165	7.165	7.165	7.165
4.02.03	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-28.307	-28.307	-28.307	-28.307
4.03	Resultado Abrangente do Período	-117.769	-117.769	-114.396	-114.396

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	70.394	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-957	0
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	23.197	0
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-24.154	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	71.351	0
6.01.02.01	Variação de ativos e passivos operacionais	71.351	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-67.993	0
6.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-67.993	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.401	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.402	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1	0	0	0	0	1
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1	0	0	0	0	1
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000.000	339.351	547.218	0	-112.659	1.773.910
5.04.08	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	0	0	0	0	7.165	7.165
5.04.09	Remuneração com base em ações	0	124	0	0	0	124
5.04.10	Dividendos propostos	0	0	-67.993	0	0	-67.993
5.04.12	Incorporação de ações da AES Tietê Energia	1.000.000	377.602	615.211	0	-119.824	1.872.989
5.04.13	Transação de capital sobre a compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	0	-38.375	0	0	0	-38.375
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.197	0	23.197
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.197	0	23.197
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	28.307	-28.307	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	28.307	-28.307	0
5.07	SalDOS Finais	1.000.001	339.351	547.218	51.504	-140.966	1.797.108

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-962	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-996	0
7.02.04	Outros	34	0
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	34	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-962	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-962	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24.161	0
7.06.03	Outros	24.161	0
7.06.03.01	Equivalência patrimonial	24.155	0
7.06.03.02	Receitas financeiras	6	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	23.199	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	23.199	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2	0
7.08.03.01	Juros	2	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	23.197	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	23.197	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	10.257.203	0
1.01	Ativo Circulante	1.464.717	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	106.802	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	946.688	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	946.688	0
1.01.02.01.03	Investimento de Curto Prazo	946.688	0
1.01.03	Contas a Receber	242.172	0
1.01.03.01	Clientes	242.172	0
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	242.172	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	64.216	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	64.216	0
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	62.547	0
1.01.06.01.02	Outros Tributos a Recuperar	1.669	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	104.839	0
1.01.08.03	Outros	104.839	0
1.01.08.03.01	Cauções e Depósitos Vinculados	6.874	0
1.01.08.03.02	Outros Ativos	97.965	0
1.02	Ativo Não Circulante	8.792.486	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	280.193	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	16.228	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.228	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	263.965	0
1.02.01.10.03	Cauções e depósitos Vinculados	223.693	0
1.02.01.10.04	Outros Ativos	40.272	0
1.02.02	Investimentos	74.644	0
1.02.02.01	Participações Societárias	74.644	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	74.644	0
1.02.03	Imobilizado	6.900.698	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.333.937	0
1.02.03.01.03	Imobilizado em Serviço	6.331.838	0
1.02.03.01.04	Imóveis Destinados a Uso Futuro	2.099	0
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	97.032	0
1.02.03.02.01	Direito de Uso de Terreno Arrendado	88.518	0
1.02.03.02.02	Direito de Uso de Edificações Arrendadas	8.514	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	469.729	0
1.02.04	Intangível	1.536.951	0
1.02.04.01	Intangíveis	1.536.951	0
1.02.04.01.03	Uso do Bem Público	23.166	0
1.02.04.01.04	Extensão de Concessão	940.589	0
1.02.04.01.05	Software e Outros Intangíveis	53.536	0
1.02.04.01.06	Intangível na Aquisição de Investimento	519.660	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	10.257.203	0
2.01	Passivo Circulante	1.084.822	0
2.01.02	Fornecedores	196.047	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	196.047	0
2.01.02.01.01	Fornecedores	196.047	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	75.521	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	75.521	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	49.182	0
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	26.339	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	557.396	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	59.961	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	56.364	0
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.597	0
2.01.04.02	Debêntures	497.435	0
2.01.04.02.01	Debêntures	477.153	0
2.01.04.02.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	20.282	0
2.01.05	Outras Obrigações	250.332	0
2.01.05.02	Outros	250.332	0
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	900	0
2.01.05.02.04	Encargos Setoriais	12.797	0
2.01.05.02.05	Obrigações de Aquisições	39.755	0
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	41.699	0
2.01.05.02.07	Conta de ressarcimento	155.181	0
2.01.06	Provisões	5.526	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.526	0
2.01.06.01.05	Provisões para processos judiciais e outros	5.526	0
2.02	Passivo Não Circulante	6.555.127	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.243.878	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.744.370	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	487.985	0
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.256.385	0
2.02.01.02	Debêntures	3.499.508	0
2.02.01.02.01	Debêntures	3.499.508	0
2.02.02	Outras Obrigações	717.933	0
2.02.02.02	Outros	717.933	0
2.02.02.02.03	Passivo de Arrendamento	102.547	0
2.02.02.02.04	Obrigações de pós Emprego	136.664	0
2.02.02.02.05	Obrigações de Aquisições e Outras Obrigações	212.076	0
2.02.02.02.06	Encargos Setoriais	8.429	0
2.02.02.02.07	Conta de ressarcimento	70.695	0
2.02.02.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	187.522	0
2.02.03	Tributos Diferidos	511.595	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	511.595	0
2.02.03.01.01	Tributos Diferidos	511.595	0
2.02.04	Provisões	81.721	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	81.721	0
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	81.721	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.617.254	0
2.03.01	Capital Social Realizado	1.000.001	0
2.03.02	Reservas de Capital	339.351	0
2.03.02.07	Incorporação de Ações da AES Tietê	377.727	0
2.03.02.08	Efeito reflexo sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	-38.376	0
2.03.04	Reservas de Lucros	547.218	0
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	547.218	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	51.504	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-140.966	0
2.03.08.01	Incorporação de Ações da AES Tietê	-119.824	0
2.03.08.02	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	-28.307	0
2.03.08.03	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	7.165	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	820.146	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	561.421	561.421	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-378.438	-378.438	0	0
3.03	Resultado Bruto	182.983	182.983	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-46.305	-46.305	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-55.341	-55.341	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8.714	8.714	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	322	322	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	136.678	136.678	0	0
3.06	Resultado Financeiro	-116.809	-116.809	0	0
3.06.01	Receitas Financeiras	14.477	14.477	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-131.286	-131.286	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	19.869	19.869	0	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.701	6.701	0	0
3.08.01	Corrente	-15.026	-15.026	0	0
3.08.02	Diferido	21.727	21.727	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	26.570	26.570	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	26.570	26.570	0	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	23.197	23.197	0	0
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.373	3.373	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,11249	0,11249	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	26.570	26.570	0	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-126.573	-126.573	0	0
4.02.01	Incorporação de ações da AES Tietê Energia	-119.824	-119.824	0	0
4.02.02	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	7.165	7.165	0	0
4.02.03	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-13.914	-13.914	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-100.003	-100.003	0	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-100.003	-100.003	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	254.272	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	145.019	0
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	23.197	0
6.01.01.02	Depreciação e amortização	122.047	0
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	-79.875	0
6.01.01.04	Provisão para processos judiciais e outros	688	0
6.01.01.05	Marcação a mercado de derivativos	6.280	0
6.01.01.06	Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	98.568	0
6.01.01.07	Juros sobre passivo de arrendamento	2.439	0
6.01.01.08	Provisão para obrigações com entidade de previdência privada	2.625	0
6.01.01.09	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-6.332	0
6.01.01.10	Baixa de bens do ativo	-2.692	0
6.01.01.11	Resultado de equivalência patrimonial	-322	0
6.01.01.12	Tributos e contribuições sociais diferidos	-21.727	0
6.01.01.13	Ações e opções de ações outorgadas	123	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	298.555	0
6.01.02.01	Variação de ativos e passivos operacionais	298.555	0
6.01.03	Outros	-189.302	0
6.01.03.02	Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	-54.298	0
6.01.03.03	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-36.431	0
6.01.03.04	Pagamento de processos judiciais e outros	-76	0
6.01.03.05	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	5.021	0
6.01.03.06	(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	-103.518	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	573.546	0
6.02.01	Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-300.750	0
6.02.02	Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	-14.000	0
6.02.03	Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	-720.488	0
6.02.04	Redução de participação acionária, líquido do caixa das empresas desconsolidadas	817.503	0
6.02.05	Liquidação de instrumento derivativo - NDF	-5.336	0
6.02.06	(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados	-61.836	0
6.02.07	Venda de controlada	67.459	0
6.02.08	Caixa advindo de incorporação de controlada	790.994	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-721.017	0
6.03.01	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-543.112	0
6.03.02	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-177.438	0
6.03.03	Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	-101	0
6.03.04	Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-366	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	106.801	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	106.802	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	0	0	1	0	1
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	0	0	1	0	1
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000.000	339.351	547.218	0	-119.824	1.766.745	816.773	2.583.518
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	816.773	816.773
5.04.08	Remuneração com base em ações	0	124	0	0	0	124	0	124
5.04.09	Dividendos propostos	0	0	-67.993	0	0	-67.993	0	-67.993
5.04.10	Incorporação de ações da AES Tietê Energia	1.000.000	377.602	615.211	0	-119.824	1.872.989	0	1.872.989
5.04.11	Transação de capital sobre a compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	0	-38.375	0	0	0	-38.375	0	-38.375
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.197	7.165	30.362	3.373	33.735
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.197	0	23.197	3.373	26.570
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	7.165	7.165	0	7.165
5.05.02.06	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	0	0	0	0	7.165	7.165	0	7.165
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	28.307	-28.307	0	0	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	28.307	-28.307	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.000.001	339.351	547.218	51.504	-140.966	1.797.108	820.146	2.617.254

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	814.732	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	625.046	0
7.01.02	Outras Receitas	189.686	0
7.01.02.01	Outras receitas operacionais	8.375	0
7.01.02.02	Receitas relativas à construção de ativos próprios	181.311	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-445.126	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-209.447	0
7.02.04	Outros	-235.679	0
7.02.04.01	Serviços de Terceiros	-22.791	0
7.02.04.02	Custo da energia comprada e transmissão	-217.677	0
7.02.04.03	Outros custos operacionais	4.789	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	369.606	0
7.04	Retenções	-118.399	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-118.399	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	251.207	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.570	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	322	0
7.06.02	Receitas Financeiras	15.248	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	266.777	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	266.777	0
7.08.01	Pessoal	50.083	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	25.658	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.776	0
7.08.01.04	Outros	22.649	0
7.08.01.04.01	Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	7.100	0
7.08.01.04.02	Previdência privada	944	0
7.08.01.04.03	Encargos setoriais	14.605	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	61.611	0
7.08.02.01	Federais	50.833	0
7.08.02.02	Estaduais	10.712	0
7.08.02.03	Municipais	66	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	128.513	0
7.08.03.01	Juros	127.207	0
7.08.03.02	Aluguéis	1.306	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	26.570	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	23.197	0
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	3.373	0

Comentário do Desempenho

1. Perfil

A AES Brasil Energia, é uma Companhia de capital aberto, se tornou controladora da AES Tietê por meio de incorporação reversa de ações, em 29 de março de 2021 e tem por objetivo principal exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente nos setores de geração de energia elétrica.

A Companhia e suas controladas tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). Atualmente, a AES Brasil conta com um portfólio de ativos renováveis com uma capacidade instalada total de 3,7 GW, sendo 2.658,3 MW hídrico, 731,6 MW eólico e 295,1 MW solar. Além disso, a Companhia possui em desenvolvimento parte de seu pipeline eólico, ainda em negociação, que poderá adicionar até 0,8 GW de capacidade instalada. Após a finalização dos projetos em desenvolvimento e pertencentes ao pipeline, o portfólio da Companhia contará com 4,5 GW de capacidade instalada.

Fonte Hídrica

O portfólio hidráulico da AES Tietê Energia é composto por nove usinas hidráulicas ("UHEs") e três pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs").

Fonte Eólica

Em 03 de agosto de 2017, a AES Tietê Energia, controlada direta, concluiu a aquisição do Complexo Eólico Alto Sertão II, o primeiro ativo eólico do portfólio da AES Tietê Energia, controlada direta. Em novembro e dezembro de 2019, a Companhia anunciou a realização de dois contratos de compra e venda de energia, que serão supridos pelo Complexo Eólico Tucano, cujas obras foram iniciadas em fevereiro de 2021.

Em 02 de dezembro de 2020, a AES Tietê Energia, controlada direta, concluiu a aquisição do Complexo Eólico Ventus, ativo operacional localizado no Rio Grande do Norte que adiciona 187,0 MW ao portfólio da Companhia.

Em 30 de abril de 2021, a AES Tietê Energia, controlada direta concluiu a aquisição dos Complexos Eólicos MS e Santos. Os complexos estão localizados nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, costa da região Nordeste, e encontram-se em operação desde 2013. Possui 158,5 MW de capacidade instalada, 100% contratado no mercado regulado (LER 2009 e LEN 2011) e comercializado por leilões de reserva e de energia nova por 20 anos.

Em 17 de fevereiro de 2021, a AES Tietê Energia assinou um PPA com a Minasligas para o fornecimento de 21 MWm pelo prazo de 20 anos a partir de 2023. No dia 25 do mesmo mês, a AES Brasil assinou um PPA com Ferbasa, para o fornecimento de 80 MWm a partir de 2024, também pelo prazo de 20 anos. Ambos os projetos serão supridos pelo Complexo Eólico Cajuína e o início de sua construção é esperado para 2021.

Em 24 de maio de 2021, a AES Tietê Energia concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 15 sociedades de propósito específico que compõem a primeira fase do Complexo Eólico Cajuína, chamada Santa Tereza, com capacidade instalada de 420 MWm.

Em 19 de julho de 2021, após o cumprimento de condições precedentes previstas em SPA, a controlada indireta Tucano Holding I concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 7 SPEs que compõem o projeto do Complexo Eólico Serra Verde, com capacidade instalada de 256MWm pelo valor total de R\$93.050. O projeto, localizado nos municípios de Bodó, Cerro Corá, Santana do Matos e Fernando Pedroza no Rio Grande do Norte, consiste em 5 SPVs com 201MWm em estágio avançado e 2 SPV com 55MWm, que estão em estágio intermediário.

Além disso, o grupo AES Brasil possui ~1,3 GW de pipeline de projetos eólicos prontos para venda, incluindo 260,4 MW do Complexo Eólico Tucano e o acordo de compra de aproximadamente 1,0 GW remanescente

Comentário do Desempenho



do projeto greenfield eólico no Rio Grande do Norte – Complexo Eólico Cajuína – assinado em março de 2020.

Fonte Solar

Em 2017, por meio da aquisição da Fase 1 e comercialização da Fase 2 em leilão, a AES Brasil adicionou o Complexo Solar Ouroeste ao seu portfólio de ativos. O complexo teve entrada em operação comercial faseada, sendo que a primeira delas iniciou operação comercial em 14 de agosto de 2019 e a segunda iniciou sua operação comercial em 29 de novembro do mesmo ano.

Em 3 de setembro de 2018, a AES Brasil concluiu a aquisição do Complexo Solar Guaimbê, que passou a contribuir para o resultado da Companhia a partir do mesmo mês.

Em 11 de junho de 2021, foi executada a venda da plataforma de geração distribuída solar do grupo AES Brasil, com a consequente alienação de 100% das quotas da controladas indiretas AES Tietê Inova, AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil.

1.1 Desempenho econômico-financeiro

Devido à reorganização ter sido concluída em 29 de março de 2021, a Companhia considerou imaterial os valores das operações até 31 de março de 2021 (dois dias) provenientes de sua atual controlada AES Tietê para fins de equivalência patrimonial na Controladora e para fins de inclusão no resultado no Consolidado. Portanto, passou a aplicar o método de equivalência patrimonial a partir de 01 de abril de 2021.

Em milhares de reais	2T21	Var. R\$	Var. %
Receita operacional bruta	633.422	633.422	100,0%
Deduções da receita operacional bruta	(72.001)	(72.001)	100,0%
Receita operacional líquida	561.421	561.421	100,0%
Custo de produção e operação de energia	(377.386)	(377.386)	100,0%
Lucro bruto	184.035	184.035	100,0%
Despesas operacionais	(47.679)	(47.679)	100,0%
Equivalência patrimonial	322	322	100,0%
Resultado financeiro	(116.809)	(116.809)	100,0%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	19.869	19.869	100,0%
Tributos sobre o lucro	6.701	6.701	100,0%
Lucro líquido do período	26.570	26.570	100,0%
Atribuído a quotistas da empresa controladora	23.197	23.197	100,0%
Atribuído a acionistas não controladores	3.373	3.373	100,0%

No período de 30 de junho de 2021, a Companhia auferiu um lucro líquido no montante de R\$23.197. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram resultado da Companhia.

Comentário do Desempenho



1.2 Receita operacional líquida

	2T21		GWh	R\$
	GWh	R\$	Var. %	Var. %
Contratos bilaterais	3.249	454.525	100,0%	100,0%
Mercado de curto prazo				
SPOT	18	2.083	100,0%	100,0%
Outros	-	14.574		100,0%
Contratos de energia eólicos	515	113.468	100,0%	100,0%
Contratos de energia solares	166	40.396	100,0%	100,0%
Outras receitas	-	8.376	N/A	100,0%
Receita Operacional Bruta	3.948	633.422	100,0%	100,0%
Deduções da receita operacional bruta		(72.001)		100,0%
Receita Operacional Líquida		561.421		100,0%

Em milhares de reais - Consolidado

A movimentação da receita operacional líquida é explicada principalmente pelo:

- Receita proveniente da venda de contratos bilaterais no montante de R\$454.525, principalmente em função de novas vendas nesse período e, também, resultante atualização dos preços de contratos;
- Receita proveniente dos contratos de energia eólica e solar no montante de R\$153.864, houve impacto de entrada no resultado do grupo, a partir de 30 de abril de 2021, do Complexo Salinas e Mandacaru;

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- A hidrologia adversa observada afetou a receita proveniente do mercado de curto prazo, assim não houve alocação de energia no MRE e receita proveniente do mercado de curto prazo, no montante de R\$2.083.

1.3 Custos e despesas operacionais

Os custos de produção e operação de energia somados aos custos operacionais e despesas gerais e administrativas no período findo em 30 de junho de 2021 apresentaram um montante de R\$425.065 sendo explicada principalmente por:

- depreciação e amortização no montante de R\$119.329, tendo, também, a adição do Complexo Eólico Salinas e Mandacaru no portfólio do resultado consolidado em 30 de abril de 2021;
- custo com energia comprada para revenda no montante de 156.152, ocasionado principalmente pela hidrologia adversa observada no período.

Comentário do Desempenho



Resultado financeiro

No 2T21 o resultado financeiro líquido consolidado totalizou uma despesa de R\$116.809. Contribuiu para esse desempenho:

- Os encargos dos empréstimos, financiamentos e debentures do grupo impactaram o resultado num montante de 65.421;
- efeito negativo de R\$34.306 em função do aumento da atualização monetária sobre os empréstimos do grupo;
- efeito negativo de R\$17.734 função da não incorporação do AFAC ao capital social entre controlada indireta Nova Energia e a AES Tietê Energia, onde a AES Tietê Energia efetuou o recolhimento do IOF sobre contrato de mútuo.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

		Controladora		Consolidado
	Notas	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.402	1	106.802
Investimentos de curto prazo	5	—	—	946.688
Contas a receber de clientes	6	—	—	242.172
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	—	—	62.547
Outros tributos a recuperar	7	—	—	1.669
Cauções e depósitos vinculados	9	—	—	6.874
Outros ativos	10	—	—	97.965
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		2.402	1	1.464.717
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Tributos diferidos	8	—	—	16.228
Cauções e depósitos vinculados	9	—	—	223.693
Outros ativos	10	—	—	40.272
Investimentos em controladas e joint ventures	12	1.795.061	—	74.644
Imobilizado, líquido	13	—	—	6.900.698
Intangível, líquido	14	—	—	1.536.951
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.795.061	—	8.792.486
TOTAL DO ATIVO		1.797.463	1	10.257.203

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

		Controladora		Consolidado
	Notas	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	15	21	—	196.047
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	—	—	537.114
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	2	—	49.182
Outros tributos a pagar	16	13	—	26.339
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		59	—	900
Provisões para processos judiciais e outros	20	—	—	5.526
Encargos setoriais	21	—	—	12.797
Instrumentos financeiros derivativos	32.1	—	—	20.282
Obrigações de aquisições	22	—	—	39.755
Conta de ressarcimento	23	—	—	155.181
Outras obrigações	23	260	—	41.699
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		355	—	1.084.822
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	—	—	5.243.878
Passivo de arrendamento	18	—	—	102.547
Tributos diferidos	8	—	—	511.595
Obrigações com benefícios pós-emprego	19	—	—	136.664
Provisões para processos judiciais e outros	20	—	—	81.721
Encargos setoriais	21	—	—	8.429
Instrumentos financeiros derivativos	32.1	—	—	187.522
Obrigações de aquisições	22	—	—	88.120
Conta de ressarcimento	23	—	—	70.695
Outras obrigações	23	—	—	123.956
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		—	—	6.555.127
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social subscrito e integralizado	24	1.000.001	1	1.000.001
Reserva de capital	24.1	339.351	—	339.351
Reservas de lucros	24.1	547.218	—	547.218
Outros resultados abrangentes	24.1	(126.573)	—	(126.573)
Lucros acumulados		37.111	—	37.111
Subtotal		1.797.108	1	1.797.108
Participação de acionista não controlador				820.146
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.797.108	1	2.617.254
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.797.463	1	10.257.203

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Trimestre findo em 30 de junho de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Receita líquida	26	—	—	561.421	561.421
Custo de produção e operação de energia	27	—	—	(378.438)	(378.438)
LUCRO BRUTO		—	—	182.983	182.983
Gerais e administrativas	28	(877)	(996)	(55.341)	(55.341)
Outras receitas (despesas) operacionais	29	(84)	35	8.714	8.714
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(961)	(961)	(46.627)	(46.627)
Resultado de equivalência patrimonial		24.155	24.155	322	322
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		23.194	23.194	136.678	136.678
Receitas financeiras	30	5	5	14.477	14.477
Despesas financeiras	30	(2)	(2)	(131.286)	(131.286)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		3	3	(116.809)	(116.809)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		23.197	23.197	19.869	19.869
Contribuição social		—	—	(4.601)	(4.601)
Imposto de renda		—	—	(10.425)	(10.425)
Contribuição social diferida		—	—	6.097	6.097
Imposto de renda diferido		—	—	15.630	15.630
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		—	—	6.701	6.701
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		23.197	23.197	26.570	26.570
Atribuído a quotistas da empresa controladora				23.197	23.197
Atribuído a acionistas não controladores				3.373	3.373
Lucro por ação (em reais)					
Básico		0,11249	0,11249	0,11249	0,11249

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Período findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Resultado do período	23.197	23.197	26.570	26.570
Outros resultados abrangentes				
- Itens que não serão reclassificados para o resultado no futuro				
Incorporação de ações da AES Tietê Energia	(119.824)	(119.824)	(119.824)	(119.824)
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	7.165	7.165	7.165	7.165
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(13.914)	(13.914)	(13.914)	(13.914)
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(103.376)	(103.376)	(100.003)	(100.003)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Período findo em 30 de Junho de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Capital social	Reservas de capital	Reservas de Lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação de acionista não controlador	Total do patrimônio líquido
				Reserva de investimentos					
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1	—	—	—	—	1	—	1
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	23.197	23.197	3.373	26.570
<u>Resultado abrangente total:</u>									
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada		—	—	—	7.165	—	7.165	—	7.165
<u>Transações com os acionistas:</u>									
Remuneração com base em ações		—	124	—	—	—	124	—	124
Dividendos propostos		—	—	(67.993)	—	—	(67.993)	—	(67.993)
Aumento de capital	3	—	—	—	—	—	—	816.773	816.773
<u>Efeitos da reorganização societária</u>									
Incorporação de ações da AES Tietê Energia	2	1.000.000	377.602	615.211	(119.824)	—	1.872.989	—	1.872.989
Transação de capital sobre a compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	23.1	—	(38.375)	—	—	—	(38.375)	—	(38.375)
<u>Mutações internas do Patrimônio Líquido:</u>									
Realização de ajuste de avaliação patrimonial		—	—	—	(13.914)	13.914	—	—	—
Saldos em 30 de junho de 2021		1.000.001	339.351	547.218	(126.573)	37.111	1.797.108	820.146	2.617.254

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Período findo em 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

		Controladora	Consolidado
	Notas	01.01.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
<u>Atividades operacionais:</u>			
Lucro líquido do exercício		23.197	23.197
<u>Ajustes para conciliar o Lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:</u>			
Depreciação e amortização		—	122.047
Variação monetária e cambial		—	(79.875)
Provisão para processos judiciais e outros	20	—	688
Marcação a mercado de derivativos		—	6.280
Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	17	—	98.568
Juros sobre passivo de arrendamento	18	—	2.439
Provisão para obrigações com entidade de previdência privada	19	—	2.625
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo		—	(6.332)
Baixa de bens do ativo	13	—	(2.692)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(24.154)	(322)
Tributos e contribuições sociais diferidos	8	—	(21.727)
Ações e opções de ações outorgadas		—	123
Variação de ativos e passivos operacionais		71.352	298.555
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados		—	(54.298)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		—	(36.431)
Pagamento de processos judiciais e outros	20	—	(76)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		—	5.021
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		—	(103.518)
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais		70.394	254.273
<u>Atividades de investimentos:</u>			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	13 e 14	—	(300.750)
Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	12	—	(14.000)
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas		—	(720.488)
Emissão de ações preferenciais em subsidiárias		—	817.503
Liquidação de instrumento derivativo - NDF		—	(5.336)
(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados		—	(61.836)
Venda de controlada		—	67.459
Caixa advindo de incorporação de controlada		—	790.994
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		—	573.546
<u>Atividades de financiamentos:</u>			
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	17	—	(543.112)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(67.993)	(177.438)

Notas Explicativas

Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	18	—	(101)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	17	—	(366)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		(67.993)	(721.017)
<u>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</u>		2.402	106.801
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		1	1
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		2.402	106.802

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
30 de junho de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora	Consolidado
	30.06.2021	30.06.2021
1. RECEITAS	—	814.732
Receita bruta de venda de energia	—	625.046
Outras receitas operacionais	—	8.375
Receitas relativas à construção de ativos próprios	—	181.311
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(962)	(445.126)
Materiais	—	(209.447)
Serviços de terceiros	(996)	(22.791)
Custo da energia comprada e transmissão	—	(217.677)
Outros custos operacionais	34	4.789
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	(962)	369.606
4. RETENÇÕES	—	(118.399)
Depreciação e amortização	—	(118.399)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(962)	251.207
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	24.161	15.570
Equivalência patrimonial	24.155	322
Receitas financeiras	6	15.248
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	23.199	266.777
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	23.199	266.777
Pessoal	—	35.478
Remuneração e encargos	—	25.658
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	—	7.100
Previdência privada	—	944
FGTS	—	1.776
Tributos (Governos)	—	76.216
Federais	—	50.833
Imposto de Renda e Contribuição Social	—	(6.702)
COFINS	—	37.339
PIS	—	14.904
INSS	—	4.123
Encargos sociais - Outros	—	1.169
Estaduais	—	10.712
ICMS	—	10.721
Outros	—	(9)
Municipais	—	66
IPTU	—	62

Notas Explicativas

ISS	—	4
Encargos setoriais	—	14.605
Pesquisa e desenvolvimento	—	4.121
Taxa de fiscalização - ANEEL	—	3.023
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	—	7.461
Remuneração de capital de terceiros	2	128.513
Juros	2	127.207
Aluguéis	—	1.306
Remuneração de capitais próprios	23.197	26.570
Lucros retidos	23.197	23.197
Participação de acionista não controlador	—	3.373

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada AMETHYSTUS A007.20 PARTICIPAÇÕES S.A., é uma companhia de capital aberto, com sede na Avenida Luiz Carlos Berrini, 1.376, 12º andar da Torre A - Sala Digitalização, Brooklin Paulista, São Paulo - SP, que tem por objetivo principal exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente nos setores de geração de energia elétrica.

A Companhia foi constituída em 20 de março de 2020 pelos acionistas Stigma Holdings Participações Ltda. e Kappa Holdings Participações Ltda., que em 14 de outubro de 2020, cederam e transferiram todas as ações da Companhia para a AES Tietê Energia S.A., por quem foi controlada diretamente até 31 de dezembro de 2020.

Em 29 de março de 2021, a Companhia se tornou controladora da AES Tietê por meio de incorporação reversa de ações, conforme detalhado na nota explicativa nº 2. A partir dessa data, a Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil Ltda. e indiretamente pela The AES Corporation ("AES Corp"), sediada nos Estados Unidos da América.

Dados da controlada direta AES Tietê Energia

O início das operações da controlada direta AES Tietê Energia ocorreu em 1º de abril de 1999, após processo de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo - Cesp, e consequente privatização da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê (atualmente AES Tietê Energia S.A.) por meio do Edital de Privatização nº SF/002/99. A controlada direta AES Tietê Energia está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da controlada direta AES Tietê Energia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de duração de 30 anos vencendo em 2029, assim como a concessão da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Mogi-Guaçu. Já as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operarem até o ano de 2032. Adicionalmente, a controlada direta AES Tietê Energia possui as seguintes unidades produtoras de energia eólica e solar: Complexo Eólico Alto Sertão II, Complexo Solar Guaimbê e Complexo Solar Ouroeste, composto pela Planta Solar Boa Hora e Planta Solar Água Vermelha.

Em 30 de junho de 2021, o percentual da energia assegurada vendida é conforme abaixo:

Portfólio	2021	2022	2023	2024	2025
Preço hídrico (R\$/MWh)	148	166	170	162	157
Preço eólico e solar (R\$/MWh)	226	218	204	197	198
Nível de contratação do portfólio consolidado	83%	85%	88%	70%	53%

As informações não foram revisadas pelos auditores independentes.

1.1 Complexo Eólico Cajuína

Em 18 de março de 2020, foram assinados dois contratos de exclusividade, válidos até agosto e novembro de 2020, para aquisição de até 1.100 MW de capacidade instalada de projetos eólicos *greenfield* localizados no Rio Grande do Norte, nas cidades de Lajes, Angicos, Pedro Avelino e Fernando Pedroza. Esta operação reforça a estratégia da Companhia com foco em energias renováveis e consolida um *pipeline* de projetos renováveis, incluindo o saldo remanescente do Projeto Tucano.

Em 25 de agosto de 2020, a controlada direta AES Tietê assinou o *Share Purchase Agreement* (SPA) para a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 15 sociedades de propósito específico que compõem a primeira fase do Complexo Eólico Cajuína, chamada Santa Tereza, com capacidade instalada de 420 MW. Em 24 de maio de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o processo de aquisição foi concluído e a titularidade de 100% das ações das SPE's foi transferida e o controle assumido pela controlada indireta Tucano Holding I.

Notas Explicativas

A transação não atendeu a definição de um negócio, conforme análise de concentração de ativos e foi registrada como uma aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos pelo custo alocado aos ativos pelo método relative fair value na data da aquisição, com base em laudo econômico financeiro emitido por empresa de avaliação independente. As demonstrações contábeis consolidadas foram impactadas a partir de 24 de maio de 2021, data da aquisição.

A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas foi de R\$118.900, parcialmente pago pela controlada indireta Tucano Holding I aos vendedores na data de fechamento da transação, no valor total de R\$29.700. O saldo remanescente, é de R\$89.100, registrado na rubrica de obrigações de aquisições, será pago em três parcelas anuais, com término em 31 de março de 2024, reajustadas anualmente pela SELIC (taxa básica de juros do Brasil).

A contabilização inicial desta aquisição foi reconhecida da seguinte forma: (i) R\$118.860 como investimento adquirido pela controlada indireta Tucano Holding I, sendo R\$3.665 relacionado a acervo líquido adquirido e R\$115.195 relacionado a intangível de direitos contratuais, apresentados como intangível nas demonstrações contábeis consolidadas (vide nota explicativa nº 14).

Em 01 de abril de 2021, a controlada direta AES Tietê Energia assinou com a Nordex Energy Brasil Comércio e Industria de Equipamentos LTDA (NORDEX) um contrato de fornecimento de aerogeradores.

1.2 Aquisição Complexos Salinas e Mandacaru

Em 23 de agosto de 2020, a controlada direta AES Tietê Energia assinou um SPA com a Cubico Brasil S.A. para a aquisição pela controlada direta AES Tietê Energia da totalidade das ações representativas do capital social de sete sociedades de propósito específico que compõem os Complexos Salinas e Mandacaru. Em 30 de abril de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o processo de aquisição foi concluído e a titularidade de 100% das ações das SPE's foi transferida e o controle assumido pela AES Tietê Energia.

O complexo eólico está localizado em dois locais na costa dos Estados do Rio Grande do Norte e do Ceará, regiões privilegiadas em recursos eólicos do País, passando a agregar 158,5 MW de capacidade instalada ao portfólio da AES Tietê Energia. Em operação desde 2013, o Projeto está 100% contratado no mercado regulado (LER 2009 e LEN 2011) por um prazo de 20 anos, a preços atualizados para 30 de junho de 2021, de R\$ 226,81 MWh e 174,74 MWh, respectivamente.

A transação não atendeu a definição de um negócio, conforme análise de concentração de ativos e foi registrada como uma aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos pelo custo alocado aos ativos pelo método relative fair value na data da aquisição, com base em laudo econômico-financeiro emitido por empresa de avaliação independente. As demonstrações contábeis consolidadas foram impactadas a partir de 30 de abril de 2021, data da aquisição.

A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas foi de R\$589.102, pagos na ata de fechamento da transação. A contabilização inicial desta aquisição no montante de R\$589.102 como investimento adquirido pela AES Tietê Energia foi reconhecida da seguinte forma: (i) R\$226.517 relacionado ao acervo líquido adquirido, (ii) R\$181.437 relacionado à mais valia de ativo imobilizado e R\$181.148 relacionado à direitos de contratos de leilão de energia de reserva. Nas demonstrações contábeis consolidadas, a mais valia e o direitos de contratos de leilões, estão sendo apresentados como Imobilizado e intangível, respectivamente (vide notas explicativas nº 13 e nº 14).

Notas Explicativas

	Valor Contábil	Ajuste	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	159.865	0	159.865
Cauções e depósitos vinculados	20.921	0	20.921
Contas a receber de clientes	15.772	0	15.772
Outros tributos a recuperar	2.258	0	2.258
Outros ativos	4.043	—	4.043
Imobilizado, líquido	515.948	181.437	697.385
Intangível, líquido	0	181.148	181.148
Valor justo dos ativos	718.807	362.585	1.081.392
Fornecedores	(83.238)	0	(83.238)
Encargos sociais e trabalhistas	(2.463)	0	(2.463)
Empréstimos e financiamentos	(332.000)	0	(332.000)
Tributos diferidos	(41.349)	0	(41.349)
Provisões para processos judiciais e outros	(204)	—	(204)
Provisões para desmobilização	(33.036)	0	(33.036)
Valor justo dos passivos	(492.290)	—	(492.290)
Valor justo dos ativos líquidos	226.517	362.585	589.102
Saldo de caixa na aquisição da controlada			159.865
Contraprestação transferida			(589.102)
Caixa líquido por aquisição do Complexos Salinas e Mandacaru			(429.237)

1.3 Aquisição da AES Brasil Operações S.A.

Em 12 de maio de 2021, a controlada direta AES Tietê Energia adquiriu da Cemig II CV (controlada pela The AES Corporation ("AES Corp")), sob uma proposta de reorganização societária, a AES Brasil Operações S.A.. A reorganização societária será realizada pela incorporação da AES Tietê Energia pela AES Brasil Operações. A reorganização é mais um passo de uma reestruturação de longo prazo, que permitirá que a AES Brasil consolide os seus investimentos em renováveis e invista em novos negócios.

A contraprestação transferida da aquisição sob controle comum foi de R\$40.500, paga na data de fechamento da transação. A contabilização inicial desta aquisição foi reconhecida como uma transação de capital da seguinte forma: (i) R\$2.125 como investimento adquirido pela AES Tietê Energia, relacionado ao acervo líquido adquirido e (ii) R\$38.375 como reserva de capital, a mesma foi efetuada com base no valor contábil e a diferença entre o valor contábil e a contraprestação paga foi alocada para o patrimônio líquido.

2. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 23 de novembro de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral o pedido de registro da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e de listagem no segmento especial de governança corporativa denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão ("Novo Mercado" e "B3"), além da reforma do estatuto social para adequação às normas da CVM e da B3. Em 29 de março de 2021, com o registro na CVM e a listagem da Companhia na B3 aprovada, foi concluída a reestruturação societária do Grupo AES Brasil ("Reorganização").

Notas Explicativas

A reorganização teve como objetivo facilitar a flexibilização da estratégia de crescimento do Grupo AES Brasil por meio da alocação de novos projetos e/ou aquisições em sociedades futuramente controladas pela Companhia, além de permitir maior alavancagem para financiamento.

A reorganização foi realizada por meio de incorporação das ações de emissão da AES Tietê por seu valor patrimonial pela AES Brasil, com emissão de 399.106.520 novas ações ordinárias da Companhia aos acionistas da AES Tietê, passando a Companhia, em consequência, a deter a totalidade das ações de emissão da AES Tietê e indiretamente de suas controladas.

Cada ação de emissão da AES Tietê equivale a 0,2 ação de emissão da Companhia, ou seja, foram atribuídas para cada 5 ações de emissão da AES Tietê, independente de classe, sejam elas preferenciais e/ou ordinárias, 1 ação ordinária de emissão da Companhia. Da mesma forma, cada Unit de emissão da AES Tietê foi substituída por 1 ação ordinária de emissão da Companhia.

Em 29 de janeiro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade, os termos e condições para que a Reorganização fosse consumada, sujeito às condições suspensivas resumidas abaixo, cumpridas integralmente em 29 de março de 2021. Desta forma, para efeitos fiscais e societários, considera-se que o processo de reorganização societária envolvendo a Companhia e a AES Tietê foi finalizado nesta última data.

- (i) anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em razão da mudança do controlador direto da Companhia, conforme previsto em seu Contrato de Concessão;
- (ii) obtenção do registro de companhia aberta, categoria "A", da AES Brasil perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
- (iii) aprovação da listagem das ações de emissão da AES Brasil no segmento especial de governança corporativa do Novo Mercado, junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; e

A Companhia obteve aprovação da ANEEL em 12 de fevereiro de 2021, conforme Despacho nº 384, anuindo, portanto, com o prazo de 120 dias para conclusão da implementação, contados a partir de 12 de fevereiro de 2021.

Em 18 de março de 2021, a Companhia obteve as aprovações e registro na CVM como Companhia aberta, na categoria A e, a partir de 29 de março de 2021, as ações de emissão da AES Tietê deixaram de ser negociadas e iniciaram os negócios com as ações da Companhia no Novo Mercado da B3, sob ticker AESB3 na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Devido à reorganização ter sido concluída em 29 de março de 2021, a Companhia considerou imaterial os valores das operações até 31 de março de 2021 (dois dias) provenientes de sua atual controlada AES Tietê para fins de equivalência patrimonial na Controladora e para fins de inclusão no resultado no Consolidado. Portanto, passou a aplicar o método de equivalência patrimonial a partir de 01 de abril de 2021.

Após a reorganização, a composição acionária da Companhia reflete os percentuais anteriormente detidos pelos acionistas da AES Tietê, sem diluição e, representada da seguinte forma:

Notas Explicativas



	Antes da reorganização		Após a reorganização	
	Ordinárias	Participação total em %	Ordinárias	Participação total em %
Acionistas				
AES Holdings Brasil S.A.	—	—	97.190.818	24,35
AES Holdings Brasil II S.A.	—	—	85.097.408	20,68
AES Tietê Energia S.A.	500	100,00	—	—
BNDESPar	—	—	39.554.586	9,91
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	—	—	30.165.523	7,56
Outros	—	—	147.098.182	37,50
Ações ordinárias em circulação	500	100,00	399.106.517	100,00
Ações em tesouraria	—	—	3	—
Total das ações ordinárias	500	100,00	399.106.520	100,00

De acordo com o determinado no protocolo de justificação celebrado entre a AES Tietê Energia e a Companhia, a incorporação das ações da AES Tietê acarretou nos seguintes eventos (i) R\$1.000.000 destinado à conta de capital social e (ii) R\$377.602 destinado à conta de reserva de capital. O protocolo também determina que as variações patrimoniais apuradas a partir de 30 de setembro de 2020, Data-Base da incorporação, até a data da conclusão da incorporação, sejam contabilizadas por meio de equivalência patrimonial. Dessa forma, os montantes determinados no protocolo, somados às variações patrimoniais do período, geraram os seguintes efeitos no patrimônio líquido da Companhia:

	Capital social subscrito e integralizado	Reserva de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
PL AES Brasil Energia em 31/03/2021 antes da incorporação de ações	1	—	—	—	—	1
Efeitos da incorporação de ações da AES Tietê	1.000.000	377.602	—	—	—	1.377.602
Remuneração com base em ações	—	304	—	—	—	304
Plano de previdência privada - perda atuarial, líquido de impostos	—	—	—	(35.751)	—	(35.751)
Programa de incentivo a aposentadoria (PIA)	—	—	—	(1.717)	—	(1.717)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	—	—	—	(27.844)	—	(27.844)
Hedge de fluxo de caixa, líquido de impostos	—	—	—	(56.182)	13.914	(42.268)
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	—	—	—	1.670	—	1.670
Dividendos intermediários	—	—	—	—	(65.138)	(65.138)
Destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020	—	—	573.153	—	—	573.153
Lucro líquido do período findo em 31 de março de 2021	—	—	—	—	92.978	92.978
Alocação do patrimônio líquido incorporado	—	(304)	42.058	—	(41.754)	—
PL AES Brasil Energia em 31/03/2021 após incorporação de ações	1.000.001	377.602	615.211	(119.824)	—	1.872.990

Os ativos e passivos da AES Tietê Energia, considerados na Reorganização, em 31 de março de 2021, é conforme segue:

Notas Explicativas**ATIVO CIRCULANTE**

Caixa e equivalentes de caixa	790.994
Investimentos de curto prazo	841.680
Contas a receber de clientes	280.210
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	41.923
Outros tributos a recuperar	1.575
Cauções e depósitos vinculados	54.532
Outros ativos	67.622
Ativos disponíveis para venda	90.185
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	2.168.721

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Tributos diferidos	4.417
Cauções e depósitos vinculados	92.521
Outros ativos	44.862
Investimentos em controladas e joint ventures	60.725
Imobilizado, líquido	5.996.204
Intangível, líquido	1.246.487
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.445.216
TOTAL DO ATIVO	9.613.937

Notas Explicativas

AES Tietê Energia

31.03.2021

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores	121.923
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.005.469
Imposto de renda e contribuição social a pagar	39.061
Outros tributos a pagar	24.474
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	39.295
Provisões para processos judiciais e outros	4.035
Encargos setoriais	17.559
Obrigações de aquisições	228.869
Outras obrigações	128.423
Passivos disponíveis para venda	8.736
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	1.617.844

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.161.820
Passivo de arrendamento	84.698
Tributos diferidos	474.013
Obrigações com benefícios pós-emprego	134.039
Provisões para processos judiciais e outros	77.692
Encargos setoriais	8.904
Obrigações de aquisições e outras obrigações	181.941
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	6.123.107

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

<u>Capital social subscrito e integralizado</u>	474.607
Reserva de capital	142.220
Reservas de lucros	111.794
Lucros a destinar na AGO	573.152
Outros resultados abrangentes	464.322
Lucros acumulados	106.891
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.872.986
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.613.937

Em função da incorporação de ações ter sido finalizada em 29 de março de 2021, o efeito no fluxo de caixa consolidado da Companhia foi considerado em uma única linha, como “Caixa advindo de incorporação de controlada”, no caixa líquido gerado nas atividades de investimentos.

3. **PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS NO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021**

Em 29 de março de 2021, foi concluída a reorganização societária da Companhia, realizada por meio de incorporação das ações de emissão da AES Tietê por seu valor patrimonial, com emissão de novas ações ordinárias da Companhia aos acionistas da AES Tietê, passando a Companhia, em consequência, a deter a totalidade das ações de emissão da AES Tietê e indiretamente de suas controladas. Vide nota explicativa nº 2.

Notas Explicativas

Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas informações contábeis

A propagação da pandemia de COVID-19 tem causado sérios impactos na economia global e nos mercados financeiros que poderiam potencialmente afetar material e adversamente as operações, condição financeira e fluxo de caixa de nossos negócios. Em abril de 2021, o Fundo Monetário Internacional projetou crescimento na atividade econômica em 2021, sendo 6% de crescimento mundial e 3,7% no Brasil.

À medida que a duração da pandemia se estende, a Companhia continua acompanhando atentamente sua evolução e vem envidando significativos esforços em seu combate. Com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios, a Companhia criou um Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos.

Nesse sentido, a Companhia continuará a revisar e modificar nossos planos à medida que as condições mudarem. Apesar de esforços para gerenciar e remediar esses impactos para Companhia, seu impacto final também depende de fatores além do conhecimento ou controle da Companhia, incluindo a duração e a gravidade desta pandemia, bem como ações de terceiros para conter sua disseminação e mitigar seus efeitos na saúde pública.

A Companhia continuará a responder a essa crise global por meio de medidas abrangentes para proteger seus funcionários, cumprindo o papel vital de fornecer energia elétrica a nossos clientes. Embora existam restrições de permanência em casa na maioria dos locais em que operamos, as operações são consideradas essenciais e estão funcionando normalmente. A maioria de nosso pessoal administrativo e de gestão é capaz de trabalhar remotamente e não houve problemas significativos que afetem as operações ou a capacidade de manter controles internos eficazes e produzir informações financeiras confiáveis.

Repactuação do risco hidrológico GSF (*Generation Scaling Factor*)

Em 09 de dezembro de 2020, com base na análise da Resolução Normativa ANEEL Nº 895 publicada pela ANEEL em 03 de dezembro de 2020, que estabeleceu as regras e metodologia para cálculo da compensação aos titulares das usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e oficializou as condições para o cálculo do valor e do período da extensão de concessão, o Conselho de Administração da controlada direta AES Tietê aprovou a aceitação do acordo do GSF no valor mínimo de R\$636.300, assim como a desistência da ação judicial relativa ao GSF, cujo pedido foi protocolado em 23 de dezembro de dezembro de 2020.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, que deve ser homologada pela ANEEL e apropriado como um intangível em contrapartida a um ganho de recuperação de custos com energia elétrica à rubrica de Custo de produção e operação de energia, linha mercado de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico no montante de R\$946.957 foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia feita com base no entendimento da regulamentação final da ANEEL, e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE.

Em 02 de março de 2021, a CCEE apresentou oficialmente seus cálculos atualizados para a repactuação do risco hidrológico. O cálculo apresentado demonstra um valor total para as usinas da sua controlada direta AES Tietê de R\$982.856, um aumento de R\$35.899, em comparação com a estimativa realizada pela controlada direta AES Tietê em 31 de dezembro de 2020, que foi registrado como complemento do intangível em contrapartida a um ganho de recuperação de custos com energia elétrica à rubrica de Custo de produção e operação de energia, linha mercado de curto prazo. O montante foi convertido pela ANEEL em extensão do prazo da outorga e a controlada direta AES Tietê passou a ter um direito de extensão de concessão de 2,7 anos, ante 2,6 anos reconhecidos inicialmente, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

Notas Explicativas

A controlada direta AES Tietê aguarda a publicação da Resolução Homologatória da ANEEL com a indicação dos valores de extensão supracitados. A referida homologação encontra-se em atraso no que se refere ao seu período previsto devido a recursos administrativos apresentados por terceiros à ANEEL, ação natural ao processo. O único recurso aprovado até o momento modifica apenas o cálculo de valores para usinas que disponham de comercialização no mercado regulado e tenham repactuado o risco hidrológico em 2015. Assim, não há perspectiva de mudança do cálculo para os ativos da controlada direta AES Tietê.

Em 13 de julho de 2021, foi publicada a Lei nº 14.182, que apesar de tratar da desestatização da Eletrobrás, alterou a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, trazendo nova redação para compensação do risco hidrológico para dois grupos de usinas, aquelas que repactuaram o risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulado e aquelas denominadas estruturantes. Assim, a determinação modifica apenas o cálculo de valores para usinas que disponham de comercialização no mercado regulado e tenham repactuado o risco hidrológico ou usinas estruturantes, não havendo perspectiva de mudança do cálculo para os ativos da controlada direta AES Tietê.

O entendimento supracitado foi corroborado pela Diretoria Colegiada da ANEEL, que aprovou, em 03 de agosto de 2021, a homologação parcial dos valores de extensão da concessão das usinas hidrelétricas pertencentes ao MRE. Sendo que, para os ativos da controlada, houve aprovação da homologação total. Com a aprovação, a companhia aguarda a publicação da resolução homologatória no Diário Oficial da União para então manifestar concordância com os valores junto à ANEEL, no prazo de até 60 dias contados de tal publicação.

Acordo de Investimento

Em 17 de março de 2021, a controlada direta AES Tietê Energia firmou um acordo de investimento com o Itaú Unibanco S.A ("Itaú"), por meio do qual o Itaú subscreve novas ações preferenciais, emitidas pela sua controlada direta Guaibê Holding, detentora de ativos em operação, de geração de energia eólica e solar.

Em 30 de abril de 2021, após a satisfação de determinadas condições suspensivas nos termos do Acordo de Investimento, comuns em operações dessa natureza, a AES Tietê Energia e o Itaú efetivaram a transação. Com a subscrição do aumento de capital, no valor de R\$855.000, o Itaú se tornou acionista da Guaibê Holding. Dessa forma, a AES Tietê Energia passou a deter 1.335.608.832 ações ordinárias, ou 80,10%, e o Itaú 331.818.000 ações preferenciais, ou 19,90% de participação societária.

O montante aportado pelo Itaú na controlada direta Guaibê Holding, no valor de 855.000 está sendo apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas como atividade de financiamento, pois trata-se de emissão de ações preferenciais de controlada.

Venda de ativos de geração distribuída

Em Reunião do Conselho de Administração da controlada direta AES Tietê Energia, realizada em 24 de fevereiro de 2021, foi aprovada a proposta de venda da plataforma de geração distribuída solar do grupo AES Brasil, com a consequente venda de 100% das quotas da controlada indireta AES Tietê Inova e as controladas indiretas AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II. Em 11 de junho de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o SPA foi executado e a alienação de 100% das quotas foi concluída para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil. Vide nota explicativa nº 11.

Aquisição de complexos eólicos

Em 30 de abril de 2021 e 24 de maio de 2021, a controlada direta AES Tietê Energia concluiu a aquisição dos Complexos Salinas e Mandacaru e do Complexo Eólico Cajuína. Vide nota explicativa nº 1.

4. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 03 de agosto de 2021, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2021, submetendo-as nesta data à análise do Conselho Fiscal e ao conhecimento do Conselho de Administração.

Notas Explicativas

4.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades de capital aberto. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas, obrigações benefícios pós-emprego, e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, pela avaliação do ativo imobilizado da controlada direta AES Tietê Energia ao seu custo atribuído (“*deemed cost*”), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios e valor justo do intangível gerado pela extensão do período de concessão, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Com o objetivo de divulgar nas informações contábeis intermediárias apenas os aspectos relevantes, a Companhia deixou de apresentar algumas notas explicativas. Dessa forma, a leitura das informações contábeis intermediárias deve ser feita em conjunto com as demonstrações contábeis anuais da Companhia e de sua controlada direta AES Tietê Energia, publicadas em 25 de março de 2021 e 24 de fevereiro de 2021 respectivamente.

4.2 Base de preparação e apresentação

Em 30 de junho de 2021, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, suas controladas e *joint ventures* em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia, suas controladas e *joint ventures* preparam no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinzenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia, suas controladas e *joint ventures*. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, podendo sofrer alterações.

Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia, suas controladas e *joint ventures* são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a administração Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

Notas Explicativas

4.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, suas controladas e *joint ventures*. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços.

4.4 Critérios de consolidação

Transações e saldos em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As informações contábeis intermediárias consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

As seguintes entidades são consideradas como controladas ou *joint ventures*:

				Participação
Descrição	Atividade	Complexo	Sede	30.06.2021
Controlada direta:				
AES Tietê Energia S.A ("AES Tietê")	Geração hidroelétrica	Geração hidroelétrica	São Paulo, SP	100%
Controladas indiretas:				
AES Tietê Integra Soluções em Energia Ltda. ("Tietê Integra")	Prestação de serviços	Prestação de serviços	Bauru, SP	100%
Boa Hora 1 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 1")	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%
Boa Hora 2 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 2")	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%
Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 3")	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. ("AGV IV")	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%
AGV Solar V Geradora de Energia S.A. ("AGV V")	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. ("AGV VI")	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%
Nova Energia Holding S.A. ("Nova Energia")	Holding	Complexo Alto Sertão II	São Paulo, SP	100%
AES Tietê Eólica Participações S.A. ("Tietê Eólica")	Holding	Complexo Alto Sertão II	São Paulo, SP	100%
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Igaporã, BA	100%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. ("Araçás")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%
Centrais Eólicas Seraíma S.A. ("Seraíma")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	100%
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%



Notas Explicativas

Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	100%
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindai, BA	100%
Centrais Eólicas Caetité S.A. ("Caetité")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindai, BA	100%
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	100%
Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindai, BA	100%
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindai, BA	100%
Centrais Eólicas Pilões S.A. ("Pilões")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindai, BA	100%
Guaibê Solar Holding S.A. ("Guaibê Holding")	Holding	Complexo Guaibê	São Paulo, SP	80,1%
Guaibê I Parque Solar Ltda. ("Guaibê I")	Geração solar	Complexo Guaibê	Guaibê, SP	100%
Guaibê II Parque Solar Ltda. ("Guaibê II")	Geração solar	Complexo Guaibê	Guaibê, SP	100%
Guaibê III Parque Solar Ltda. ("Guaibê III")	Geração solar	Complexo Guaibê	Guaibê, SP	100%
Guaibê IV Parque Solar Ltda. ("Guaibê IV")	Geração solar	Complexo Guaibê	Guaibê, SP	100%
Guaibê V Parque Solar Ltda. ("Guaibê V")	Geração solar	Complexo Guaibê	Guaibê, SP	100%
AES Tucano Holding I S.A. ("Tucano Holding I")	Holding	Complexo Tucano	São Paulo, SP	100%
AES Tucano Holding II S.A. ("Tucano Holding II")	Holding	Complexo Tucano	São Paulo, SP	100%
Tucano F1 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F1")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100%
Tucano F2 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F2")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100%
Tucano F3 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F3")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100%
Tucano F4 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F4")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100%
Tucano F5 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F5")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100%
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda. ("Ventus Holding")	Holding	Complexo Ventus	Curitiba, Paraná	100%
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. ("Brasventos")	Geração eólica	Complexo Ventus	Galinhos, RN	100%
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. ("Miassaba")	Geração eólica	Complexo Ventus	Macau, RN	100%
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. ("Rei dos Ventos")	Geração eólica	Complexo Ventus	Galinhos, RN	100%
MS Participações Societárias S.A.	Holding	Complexo Cúbico	São Paulo, SP	100%
Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A.	Geração eólica	Complexo Cúbico	Areia Branca, RN	100%
Embuca Geração e Comercialização de Energia S.A.	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%
Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A.	Geração eólica	Complexo Cúbico	Amontada, CE	100%
Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A.	Geração eólica	Complexo Cúbico	Areia Branca, RN	100%
Santos Energia Participações S.A.	Holding	Complexo Cúbico	São Paulo, SP	100%
Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A.	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%
Central Eólica São Cristóvão S.A.	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%
Central Eólica São Jorge S.A.	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%
Ventos de Santa Tereza Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 02 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 04 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 05 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 06 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 09 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 10 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 11 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 12 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 13 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína	Maracanaú, CE	100%

Notas Explicativas



Ventos de Santa Tereza 14 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuiá	Maracanaú, CE	100%
AES Brasil Operações S.A. ("AES Operações")	Holding	Holding	Bauru, SP	100%

Empreendimentos controlados em conjunto (joint venture) (i):

Tucano Holdings III S.A. ("Tucano Holding III")	Holding	Complexo Tucano	São Paulo, SP	50%
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F6")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	50%
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F7")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	50%
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F8")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	50%

(i) Os empreendimentos controlados em conjunto não são consolidados.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

	Controladora		Consolidado
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021
Caixa e Equivalentes de caixa			
Numerário disponível	45	1	17.969
Operação compromissada	2.357	—	88.833
Subtotal	2.402	1	106.802
Investimentos de curto prazo			
CDB-DI	—	—	946.688
Subtotal	—	—	946.688
Total	2.402	1	1.053.490

Os investimentos de curto prazo em 30 de junho de 2021 estão representados por operações com CDB com liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 96,88% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado
	30.06.2021
CIRCULANTE	
Consumidores livres	161.371
Mercado de curto prazo	22.758
Contratos de energia eólicos	47.271
Contratos de energia solares	10.730
Serviços prestados	42
Subtotal	242.172

Notas Explicativas

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento é como segue:

	Consolidado					
Saldos vincendos	Saldos vencidos				Total	
	até 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Acima de 360 dias		
<u>CIRCULANTE</u>						
Consumidores livres	161.135	236	—	—	—	161.371
Mercado de curto prazo (i)	202	15	706	424	21.411	22.758
Contratos de energia eólicos	45.382	1.698	173	9	9	47.271
Contratos de energia solares	10.730	—	—	—	—	10.730
Serviços prestados	20	4	16	2	—	42
Total	217.469	1.953	895	435	21.420	242.172

- (i) Inadimplência causada pelas ações judiciais relacionadas ao GSF impactava todo o mercado de curto prazo. A decisão estabelecida pela Lei nº 14.052/2020 e regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, destravou operações não liquidadas no Mercado de Curto Prazo e com isso parte dos créditos em aberto na Companhia e suas controladoras foram liquidados.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

		Consolidado
		30.06.2021
<u>CIRCULANTE</u>		
<u>Imposto de renda e contribuição social a recuperar</u>		
Imposto de renda		34.878
Contribuição social		21.439
Imposto de renda retido na fonte		6.230
Total		62.547
<u>Outros tributos a recuperar</u>		
PIS e Cofins		1.372
Outros		297
Total		1.669
Total		64.216

Notas Explicativas

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

8.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

		Consolidado
		Balanço Patrimonial
		30.06.2021
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:		
Tributos ativos:	Notas	
Provisão para participação nos lucros e resultados		3.020
Provisão para processos fiscais		6.910
Provisão para processos trabalhistas		1.010
Provisão de benefício a empregados		1.135
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos		2.027
Provisão para processos cíveis		20.091
Créditos fiscais de ágios incorporados	8.3	85.734
Provisão para fornecedores de materiais e serviços		8.354
Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)		21.824
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)		45.331
Ressarcimento de energia		4.852
Prejuízo fiscal e base negativa		12.379
Variação cambial não realizada		101
Outros		3.694
Tributos passivos:		
Ativo imobilizado - custo atribuído		(310.153)
Ativo intangível - uso do bem público		(7.877)
Atualização de cauções e depósitos vinculados		(713)
Ativo imobilizado - taxa de depreciação		(69.353)
Variação Cambial Ativa Não Realizada		(1.541)
Ativo intangível - GSF (i)		(319.800)
Outros		(2.392)
Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido		(495.367)
Apresentação no balanço patrimonial		
Tributos diferidos do ativo não circulante)		16.228
Tributos diferidos do passivo não circulante		(511.595)
Total		(495.367)

Notas Explicativas

Os tributos diferidos são apresentados pelo valor líquido, obedecida a distribuição a seguir:

Companhias	30.06.2021		
	Ativo	Passivo	Ativo (Passivo)
AES Tietê Energia	188.269	(660.887)	(472.618)
AES Tietê Integra	1.953	—	1.953
AES Tietê Inova	—	—	—
Tucano H. I	10.738	—	10.738
Ametista	642	(96)	546
Araças	538	(62)	476
Borgo	64	(159)	(95)
Caetite	135	(221)	(86)
Da Prata	102	(47)	55
Dourados	628	(67)	561
Espigão	96	(59)	37
Maron	373	(70)	303
Morrão	285	(69)	216
Pelourinho	123	(75)	48
Pilões	479	(55)	424
Seraíma	375	(71)	304
Serra do Espinhaço	87	(107)	(20)
Tanque	135	(61)	74
Ventos do Nordeste	—	(177)	(177)
AGV IV	18	(28)	(10)
AGV V	57	(45)	12
AGV VI	56	(38)	18
Boa Hora 1	—	(114)	(114)
Boa Hora 2	—	(126)	(126)
Boa Hora 3	—	(127)	(127)
Guaimbê I	48	(40)	8
Guaimbê II	—	(56)	(56)
Guaimbê III	—	(136)	(136)
Guaimbê IV	—	(55)	(55)
Guaimbê V	—	(76)	(76)
Guaimbê Holding	—	(1.241)	(1.241)
Brasventos Eolo	149	(69)	80
Rei dos Ventos 3	253	—	253
Brasventos Miassaba 3	209	(87)	122
Bela Vista	667	(8.164)	(7.497)
Embuaca	2.563	(8.544)	(5.981)
Icarai	1.417	(4.722)	(3.305)
Mar e Terra	533	(7.645)	(7.112)
Santo Antônio de Pádua	1.193	(3.976)	(2.783)
São Cristóvão	2.226	(7.419)	(5.193)
São José	2.051	(6.838)	(4.787)
Consolidado	216.462	(711.829)	(495.367)

Notas Explicativas

8.2 Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido constituído

	Consolidado
	30.06.2021
Prejuízos fiscais	2.378.900
Base negativa de contribuição social	2.382.920
Diferenças temporárias	12.624

Em 30 de junho de 2021, inclui prejuízo fiscal, no montante de R\$1.828.504, e base negativa de contribuição social, no montante de R\$1.832.524, da controlada indireta adquirida AES Brasil Operações.

Os correspondentes impostos diferidos ativos não foram reconhecidos tendo em vista que esses prejuízos e bases negativas de contribuição social são substancialmente detidos por empresas holdings, cujos resultados são majoritariamente gerados por despesas financeiras dedutíveis e resultados não tributáveis de equivalência patrimonial decorrente de investimentos em controladas.

8.3 Créditos fiscais de ágios incorporados

Os créditos fiscais de ágios incorporados classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações dos ágios das controladoras AES Gás Ltda., AES Tietê Participações S.A. e AES Brazilian Energy Holdings S.A. e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da controlada direta AES Tietê Energia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da controlada direta AES Tietê Energia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do período.

A amortização do ágio traz impacto nulo no resultado da controlada direta AES Tietê Energia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

Notas Explicativas

		Consolidado		
		30.06.2021		
Notas		Ágio	Provisão	Valor Líquido
<u>AES Brazilian Energy Holdings Ltda</u>				
	Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652
	Amortização acumulada	(167.202)	110.354	(56.848)
	Subtotal	152.362	(100.558)	51.804
<u>AES Gás Ltda.</u>				
	Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740
	Amortização acumulada	(716.791)	480.014	(236.777)
	Subtotal	91.513	(61.550)	29.963
<u>AES Tietê Participações S.A.</u>				
	Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023
	Amortização acumulada	(70.751)	46.695	(24.056)
	Subtotal	11.669	(7.702)	3.967
	Total	255.544	(169.810)	85.734

8.1

9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

		Consolidado
		30.06.2021
	Notas	
<u>CIRCULANTE</u>		
Garantias de compromissos contratuais		788
Garantias de financiamento (i)		6.086
Subtotal		6.874
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Garantias de financiamento (i)		202.493
Cauções e depósitos vinculados	20	21.200
Subtotal		223.693
Total		230.567

- (i) Refere-se à Conta Reserva do Serviço da Dívida, que destina-se aos pagamentos de principal e juros das obrigações de contratos de dívida da AES Tietê Energia, do Complexo Eólico Alto Sertão II, Complexo Eólico Ventus e Complexos Salinas e Mandacaru, nos montantes de R\$16.270, 26.289, 35.554 e 130.466, respectivamente. A integralidade dos recursos retidos, nestas contas, devem serem aplicados, seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo destas contas, em sua totalidade, está aplicado em certificados de depósitos bancários, com rentabilidade média consolidada de 98,13% do CDI.

Notas Explicativas

10. OUTROS ATIVOS

		Consolidado
	Notas	30.06.2021
<u>CIRCULANTE</u>		
Almoxarifado		23.623
Despesas pagas antecipadamente		14.926
Indenização de seguro a receber		7.092
Ressarcimento - conta de energia (i)		5.822
Contas a receber sobre venda de controlada	11	34.039
Contas a receber sobre venda de participação acionária (ii)		1.637
Adiantamentos sobre aquisição de projeto		1.485
Outros		9.341
Subtotal		97.965
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Ressarcimento - conta de energia (i)		10.912
Indenização de seguro a receber		8.453
Despesas pagas antecipadamente		5.363
Imposto de renda		2.994
Contas a receber de partes relacionadas	31	1.855
INSS		1.762
Outros		8.933
Subtotal		40.272
Total		138.237

(i) Os parques eólicos e solares operam contratos de Energia de Reserva (LER) e contratos de Energia Nova (LEN). Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos de geração em relação a receita fixa com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras do mecanismo. Os ressarcimentos por desvios positivos de geração estão sendo apresentados na rubrica de outros ativos. Já os ressarcimentos por desvios negativos de geração, estão sendo apresentados na rubrica de outras obrigações.

(ii) Refere-se à venda de 50% de participação acionária indireta da Tucano Holding III S.A. para a Unipar.

11. VENDA DE ATIVOS DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA

Em Reunião do Conselho de Administração da AES Tietê Energia, realizada em 24 de fevereiro de 2021, foi aprovada a proposta de venda da plataforma de geração distribuída solar do grupo AES Brasil através da venda de 100% das quotas da AES Tietê Inova e suas controladas indiretas AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II.

Considerando que o ativo estava disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos habituais e costumeiros para transações dessa natureza e, a venda ser altamente provável em até um ano, ativos e passivos das controladas indiretas AES Tietê Inova, AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II estavam apresentados como ativos não circulantes mantidos para venda.

Em 11 de junho de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o SPA foi executado e a alienação de 100% das quotas foi concluída para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil, sendo o risco e os benefícios da propriedade transferida para a Compradora, nesta data. Dessa forma, em 11 de junho de 2021, foi feita a desconsolidação dos ativos e passivos dessas controladas, sendo a demonstração de resultados da AES Tietê Energia impactada pelo método de equivalência patrimonial até a mesma data.

Notas Explicativas

O valor da contraprestação recebida foi no montante de R\$100.695, sendo R\$66.656 pagos pelos compradores na data de fechamento da transação, e R\$34.039 foram retidos, sujeitos ao cumprimento de condições pós fechamento, pois referem-se a obrigações contratuais, ambientais, patrimoniais e técnicas, registrados sob a rubrica de outros ativos, (vide nota explicativa nº 10). O ganho na venda de controlada, líquido dos custos de venda, no montante de R\$2.798, foi no montante de R\$9.644. A Companhia espera receber esses valores em até 9 meses da data do *closing*. Em função da venda não ser considerada relevante para a Companhia, o ganho e perda foi apresentado na rubrica de outras receitas operacionais e não como uma operação descontinuada. Abaixo, segue um resumo da transação de venda.

(+) Contraprestação recebida	100.695
(-) Valor contábil dos ativos vendidos em 11 de junho de 2021	(88.253)
(-) Custos de venda	(2.798)
Ganho na venda de controlada	9.644

12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E JOINT VENTURES

	Controladora	Consolidado
	30.06.2021	30.06.2021
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	1.795.061	74.644
Total	1.795.061	74.644

Controlada	Quantidade de quotas/ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Lucro líquido do período (01.04.2021 a 30.06.2021)
AES Tietê Energia S.A	1.995.532.616	100%	684.948	1.795.061	24.155
Total				1.795.061	24.155

Devido à reorganização ter sido concluída em 29 de março de 2021, a Companhia considerou imaterial os valores das operações até 31 de março de 2021 (dois dias) provenientes de sua atual controlada AES Tietê para fins de equivalência patrimonial na Controladora e para fins de inclusão no resultado do Consolidado. Portanto, aplicou o método de equivalência patrimonial a partir de 01 de abril de 2021. Vide nota explicativa nº 2.

A movimentação dos investimentos no para o período findo em 30 de junho de 2021 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	—
Incorporação de ações da AES Tietê Energia	1.872.989
Equivalência patrimonial	24.154
Remuneração com base em ações	124
Dividendos	(70.995)
Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	(38.376)
Derivativos	7.165
Saldo em 30 de junho de 2021	1.795.061

Em 30 de junho de 2021, as informações contábeis intermediárias consolidadas dos empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) estão apresentadas abaixo:

Notas Explicativas

	Consolidado Tucano H. III
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	18.765
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	151.896
TOTAL DO ATIVO	170.661
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	6.334
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	15.045
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	149.282
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	170.661
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(5)

13. IMOBILIZADO

A controlada direta AES Tietê Energia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador e os preceitos do laudo de avaliação elaborado para fins de determinação do custo atribuído na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos. Consequentemente, os valores residuais dos ativos hídricos do imobilizado da controlada direta AES Tietê Energia resultam da aplicação das vidas úteis definidas e os resultantes valores residuais que incluem o projeto básico, espelhando o direito de indenização ao final do contrato de concessão com base na melhor estimativa da administração da Companhia, inclusive amparada em posicionamento de seus assessores legais, quanto à legislação em vigor.

Os bens do ativo imobilizado da controlada direta AES Tietê Energia foram avaliados ao custo atribuído ("deemed cost") na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, em 1º de janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações, à exceção de terrenos que não são depreciados. A vida útil dos bens foi revisada em conjunto com a valorização dos ativos ao seu custo atribuído. A depreciação é calculada pelo método linear, por componente e com base nas taxas determinadas pela ANEEL. A controlada direta AES Tietê Energia acompanha e revisa pelo menos uma vez ao ano o valor residual e vida útil dos ativos, inclusive quanto à legislação aplicável para concessões e ao direito de indenização dos ativos remanescentes e não amortizados ao final da concessão.

Notas Explicativas

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Consolidado				
30.06.2021				
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (ii)	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Terrenos	-	414.334	—	414.334
Reservatórios, barragens e adutoras	3,1%	2.932.461	(2.142.083)	790.378
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,9%	854.212	(529.362)	324.850
Máquinas e equipamentos	3,6%	6.258.321	(1.462.230)	4.796.091
Veículos	14,3%	9.927	(6.664)	3.263
Móveis e utensílios e outros	6,3%	7.605	(4.683)	2.922
Imobilizado em serviço		10.476.860	(4.145.022)	6.331.838
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	—	2.099
Imobilizado em curso (i)		469.729	—	469.729
Bens vinculados às concessão e autorizações		10.948.688	(4.145.022)	6.803.666
Direito de uso de sede administrativa	10,8%	10.823	(2.309)	8.514
Direito de uso de terreno arrendado	3,3%	97.134	(8.616)	88.518
Total Imobilizado		11.056.645	(4.155.947)	6.900.698

(i) Principalmente gastos com a modernização de unidades geradoras hidrelétrica e eólicos, incluindo adiantamento a fornecedor referente a pagamento inicial para montagem dos aerogeradores no Complexo Eólico Tucano, Mandacaru e Salinas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.

(ii) Inclui os custos de desmontagem, remoção e restauração dos ativos eólicos e solares, que em 30 de junho de 2021 representa um montante de R\$78.039, líquido de depreciação.

Notas Explicativas

(b) Movimentação do ativo imobilizado

	Consolidado											
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Efeito da aquisição da AES Tietê Energia	Aquisição Complexo Eólico MS e Santos	Aquisição Complexo Eólico Cajuína	Mais valia na aquisição de ativos	Adições	Provisão para desmantelamento	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Venda de ativos de geração distribuída	Saldo em 30 de junho de 2021
Terrenos	—	414.284	50	—	—	—	—	—	—	—	—	414.334
Reservatórios, barragens e adutoras	—	2.932.388	—	—	—	—	—	(66)	139	—	—	2.932.461
Edificações, obras civis e benfeitorias	—	754.090	99.235	—	—	—	—	—	887	—	—	854.212
Máquinas e equipamentos (ii)	—	5.700.508	366.895	537	181.437	134	—	561	13.484	—	(5.235)	6.258.321
Veículos	—	9.686	242	—	—	—	—	—	(1)	—	—	9.927
Móveis e utensílios e outros	—	7.336	269	—	—	—	—	—	—	—	—	7.605
Imóveis destinados a uso futuro	—	2.099	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2.099
Imobilizado em curso	—	152.276	28.537	1.798	—	289.477	—	—	(14.509)	7.688	4.462	469.729
Direito de uso de sede administrativa	—	8.698	—	—	—	2.125	—	—	—	—	—	10.823
Direito de uso de terreno arrendado	—	79.574	17.565	—	—	(5)	—	—	—	—	—	97.134
Subtotal	—	10.060.939	512.793	2.335	181.437	291.731	—	495	—	7.688	(773)	11.056.645
Depreciação/Amortização	—	(4.064.735)	—	—	(1.261)	(91.900)	(282)	2.257	—	—	(26)	(4.155.947)
Total líquido	—	5.996.204	512.793	2.335	180.176	199.831	(282)	2.752	—	7.688	(799)	6.900.698

Notas Explicativas

(b) Dos bens vinculados à concessão e autorizações

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga e bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Em 30 de junho de 2021, os ativos de suas controladas que possuem essas características, são:

	Consolidado
	30.06.2021
Concessão	2.549.920
Autorizações	4.251.647
Imóveis destinados a uso futuro	2.099
Total	6.803.666

14. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	30.06.2021			
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Extensão de concessão (i)	9,10%	982.856	(42.267)	940.589
Uso do bem público (UBP) (ii)	3,7%	73.174	(50.008)	23.166
Direitos contratuais (iii)	4,9%	331.275	(25.830)	305.445
Direito de exploração de autorização (iv)	3,0%	139.616	(3.059)	136.557
Intangível gerado na combinação de negócios (v)	3,4%	19.073	(2.518)	16.555
Direitos e projetos em desenvolvimento (vi)	2,9%	63.523	(2.420)	61.103
Software e outros intangíveis	20,1%	106.618	(53.082)	53.536
Total		1.716.135	(179.184)	1.536.951

(i) Refere-se à extensão de concessão registrada pela controlada direta AES Tietê em dezembro de 2020. Em 09 de setembro de 2020, foi aprovada a Lei nº14.052/2020 que regulamentou os termos e condições para repactuação do risco não hidrológico causado pelo GSF. A lei ofereceu aos geradores uma prorrogação da concessão para compensar impactos anteriores não hidrológicos do GSF cobrados entre março de 2012 até agosto de 2019. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2020, a controlada direta AES Tietê reconheceu um intangível, no montante de R\$946.957 em contrapartida à rubrica de Custo dos produtos e serviços vendidos, linha mercado de curto prazo. Posteriormente, em março de 2021, após a CCEE apresentar os cálculos finais, a controlada direta AES Tietê constituiu um novo montante, no valor de R\$35.899, totalizando R\$982.856, o qual está sendo amortizado pelo método linear a partir de 01 de janeiro de 2021 até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação. Vide nota 3.

(ii) O uso do bem público (UBP) compreende o direito de operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente

Notas Explicativas

de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos e foi pago no período de 2000 a 2004, sendo os valores pagos registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

(iii) Refere-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Parque Solar Boa Hora e Guaimbê, além dos complexos eólicos Ventus, complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização. Estes valores foram definidos com base em modelos de avaliação de ativos, considerando as informações e condições constantes nos contratos de leilão e nos contratos de autorização de geração de energia.

(iv) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente da aquisição de ativos dos Parques Solares Boa Hora, Guaimbê e Cajuína, que serão amortizados com base no prazo remanescente de autorização

(v) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios do Complexo Eólico Alto Sertão II, que será amortizado com base no prazo remanescente de autorização.

(vi) Corresponde ao direito e projetos em desenvolvimento decorrente da aquisição de ativos do Complexo Eólico Tucano, que será amortizado com base no prazo de autorização.

Notas Explicativas

A movimentação do intangível é como segue:

	Consolidado								
	Extensão de concessão	Uso do Bem Público	Direitos contratuais	Direito de exploração de autorização	Intangível gerado na combinação de negócios	Direitos e projetos em desenvolvimento	Software e outros intangíveis		Total
							Em curso	Em serviço	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Adições	—	—	181.148	115.195	—	—	3.452	—	299.795
Efeito da aquisição da AES Tietê Energia	961.723	23.689	128.567	22.096	16.716	61.557	19.611	12.528	1.246.487
Efeito da aquisição do Complexo MS e Santos	—	—	—	—	—	—	—	19.288	19.288
Venda de ativos de geração distribuída	—	—	46	—	—	—	18	(19)	45
Baixas	—	—	—	—	—	—	—	(60)	(60)
Amortizações	(21.134)	(523)	(4.316)	(734)	(161)	(454)	—	(1.282)	(28.604)
Transferências	—	—	—	—	—	—	(969)	969	—
Saldo em 30 de junho de 2021	940.589	23.166	305.445	136.557	16.555	61.103	22.112	31.424	1.536.951

Notas Explicativas

15. FORNECEDORES

		Consolidado
	Notas	30.06.2021
CIRCULANTE		
Energia elétrica comprada para revenda		66.208
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST		13.212
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg		4.286
Subtotal		83.706
Materiais e Serviços		99.859
Serviços - partes relacionadas	31	12.482
Total		196.047

As controladas da Companhia possuem contratadas 19 cartas de fiança, no valor total de R\$8.085 e 42 seguros garantia, no valor de R\$114.561, totalizando uma importância segurada de R\$122.646, com custo de 0,35% a 3,00% a.a. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

16. TRIBUTOS A PAGAR

	Controladora	Consolidado
	30.06.2021	30.06.2021
CIRCULANTE		
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
Imposto de renda	2	35.293
Contribuição social	—	13.889
Total	2	49.182
Outros tributos a pagar		
INSS	—	2.769
PIS e Cofins	—	12.879
ICMS	—	3.796
Outros	13	6.895
Total	13	26.339

A Companhia e sua controlada direta AES Tietê Energia, suas controladas indiretas Tietê Integra, Tietê Eólica, Guaimbê Holding, Nova Energia, Tucano Holding I, Tucano Holding II, Tucano Holding III, Ventus Holding, SPEs de Tucano, MS Participações Societárias, Bela Vista, Embuaca, Icarai e Mar e Terra, Santos Energia Participações, Santo Antonio de Pádua, São Cristóvão e São Jorge, são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a Companhia efetuou os recolhimentos das antecipações mensais com base na estimativa.

Por sua vez, as controladas indiretas se utilizaram da apuração com base no balancete de redução, sendo que Guaimbê Holding, Tucano Holding I, Tucano F1 e Tucano Holding III, Bela Vista, Embuaca, Icarai e Mar e Terra precisaram recolher antecipações, pois as demais apuraram prejuízo fiscal, de modo que não foi necessário efetuar antecipações. A apuração do imposto de renda e da contribuição social das SPEs dos Complexos Solar Ouroeste, Alto Sertão II, Guaimbê e Ventus (Brasventos EOLO, Brasventos Miassaba 3 e Rei dos Ventos 3) é realizada com base na forma de tributação do lucro

Notas Explicativas

presumido sob o regime de caixa, enquanto que as empresas do Complexo Cajuína estão sob o regime de competência.

As empresas Tietê Inova, Tietê Inova I, Tietê Inova II foram alienadas em 13 de junho, sendo tributadas pelo regime do lucro real até então. No que diz respeito ao recolhimento, a Inova se utilizou da apuração com base no balancete de suspensão / redução, tendo que efetuar o recolhimento de estimativas. A Inova I e Inova II apuraram prejuízo fiscal, sendo assim, não houve necessidade de recolhimento de estimativas.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

17.1 Os saldos de debêntures, não conversíveis, empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

			Consolidado							
			30.06.2021							
			Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
Vencimento	Taxa Efetiva (i)		Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	
MOEDA NACIONAL										
Debêntures										
5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	7.461	—	(1.147)	6.314	217.895	(1.205)	216.690	223.004
6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	5.173	—	(456)	4.717	379.324	(674)	378.650	383.367
7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	11.341	375.000	(1.335)	385.006	375.000	(529)	374.471	759.477
8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.536	16.621	(1.385)	16.772	196.182	(7.789)	188.393	205.165
9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	16.479	—	(421)	16.058	1.380.000	(2.128)	1.377.872	1.393.930
9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	9.699	—	(2.670)	7.029	712.343	(22.677)	689.666	696.695
9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	2.705	—	(743)	1.962	198.792	(6.364)	192.428	194.390
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,07%	186	24.037	(237)	23.986	33.871	(906)	32.965	56.951
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,16%	214	15.318	(223)	15.309	49.236	(863)	48.373	63.682
Subtotal			54.794	430.976	(8.617)	477.153	3.542.643	(43.135)	3.499.508	3.976.661
Empréstimos e Financiamentos										
BNDES - Complexo Ventus	2029	TJLP + 2,51% a 2,71%	639	26.542	—	27.181	194.639	(569)	194.070	221.251
BNB - Complexos Salinas e Mandacaru	2030	2,55% (pré)	2.074	9.716	(1.012)	10.778	147.142	(4.231)	142.911	153.689
BNDES - Complexos Salinas e Mandacaru	2030	TJLP + 1,66% a 2,45%	530	20.935	(3.060)	18.405	171.322	(20.318)	151.004	169.409
Subtotal			3.243	57.193	(4.072)	56.364	513.103	(25.118)	487.985	544.349
MOEDA ESTRANGEIRA										
Scotiabank 4131 (1ª série)	2025	USD + 1,63%	—	—	—	—	573.756	—	573.756	573.756
Scotiabank 4131 (2ª série)	2026	USD + 1,78%	3.597	—	—	3.597	682.629	—	682.629	686.226
Subtotal			3.597	—	—	3.597	1.256.385	—	1.256.385	1.259.982
Total da dívida			61.634	488.169	(12.689)	537.114	5.312.131	(68.253)	5.243.878	5.780.992

- (i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Notas Explicativas

Para o empréstimos em moeda estrangeira, o saldo contábil atualizado considera o principal, juros e custos da transação, líquido de operações de derivativos relacionadas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

17.2 Movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado			
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	—	—	—	—
Efeito da aquisição da AES Tietê Energia	3.944.330	753.611	1.469.348	6.167.289
Efeito da aquisição do Complexos Salinas e Mandacaru	—	332.000	—	332.000
Encargos financeiros	48.604	7.355	5.699	61.658
Variação cambial	—	—	(221.002)	(221.002)
Variação monetária	34.305	—	8.039	42.344
Pagamento de principal	(28.635)	(514.477)	—	(543.112)
Pagamento de encargos financeiros	(23.926)	(34.045)	(2.102)	(60.073)
Diferimento custos de transação	(150)	(216)	—	(366)
Amortização custos de transação	2.133	121	—	2.254
Saldo em 30 de junho de 2021	3.976.661	544.349	1.259.982	5.780.992

17.3 Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Notas Explicativas

Subsidiárias	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante (i)	Vencimento	Finalidade
AES Tietê Energia	5ª Emissão Debêntures	180.000	15/12/2016	IPCA + 6,54%	Anual	Anual	223.004	Dezembro de 2022 Dezembro de 2023	Modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas.
AES Tietê Energia	6ª Emissão (2ª série)	317.620	15/4/2017	IPCA + 6,78%	Semestrais	Anual	383.367	Abril de 2023 Abril de 2024	pagamento da 2ª e 3ª emissão de debêntures e da 2ª série da 1ª
AES Tietê Energia	7ª Emissão (2ª série)	750.000	15/2/2018	CDI + 1,30%	Semestrais	Anual	759.477	Fevereiro de 2022 Fevereiro de 2023	Reforço de capital de giro e gestão ordinária dos negócios da Emissora
AES Tietê Energia	8ª Emissão Debêntures	200.000	15/5/2018	IPCA + 6,02%	Semestrais	Semestral	205.165	Maio de 2030	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas ao Complexo Boa Hora
AES Tietê Energia	9ª Emissão Debêntures (1ª série)	2200000	15/3/2019	CDI + 1,00%	Semestrais	Anual	1.393.930	Março de 2026 Março de 2027	Reforço de capital de giro e pré-pagamento da 6ª emissão de debêntures
	9ª Emissão Debêntures (2ª série)			IPCA + 4,71%	Semestrais	Anual	696.695	Março de 2027 Março de 2028 Março de 2029	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas à construção e implementaç
	9ª Emissão Debêntures (3ª série)			IPCA + 4,71%	Anual	Anual	194.390	Março de 2027 Março de 2028 Março de 2029	ão dos projetos Guaimbê e AGV
AES Tietê Energia	Scotiabank 4131 (1ª série)	600.000 USD 116.122	29/12/2020	USD + 1,63%	Trimestral	Dezembro 2024 e Dezembro 2025	573.756	Dezembro de 2025	Reforço de capital de giro
AES Tietê Energia	Scotiabank 4131 (2ª série)	800.000 USD 138.169	31/3/2021	USD + 1,78%	Semestral	Março 2025 e Março 2026	686.226	Março de 2026	Reforço de capital de giro
AES Tietê Eólica	Debêntures de Infraestrutur a	146.000	15/12/2014	IPCA + 7,61% aa (1ª série)	Semestral	Semestral	56.951	Dezembro de 2025	Financiament o dos parques de Alto Sertão II
				IPCA + 7,87% aa (2ª série)			63.682		
Complexo Ventus	BNDES	235.169	3/10/2012	TJLP + 2,51% e 2,71%	Mensal	Mensal	221.251	Outubro de 2029	Financiament o dos parques do Complexo Ventus
Complexos Salinas e Mandacaru	BNDES (Complexos Salinas e Mandacaru)	295.800	16/07/2013 (MS) 14/04/2014 (Santos)	TJLP + 1,66%, 1,76% e 1,88% (MS) TJLP + 2,45% (Santos)	Mensal	Mensal	169.409	Maio, Outubro e Novembro de 2029 (MS) Dezembro de 2030 (Santos)	Financiament o dos parques do Complexos Salinas e Mandacaru
	BNB (MS)	198.500	27/5/2013	2,55 (pré)	Semestral	Semestral	153.689	Maio de 2030, 2031 e 2033	

- (i) Os saldos devedores corrigidos monetariamente pelo IPCA em uma base diária são incorporados ao saldo de principal da dívida.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de março de 2021, foi aprovada a contratação de empréstimo em moeda estrangeira, no valor total de R\$800.000, sem garantias e prazo de 5 anos,

Notas Explicativas

sendo 75% pago no final do 4º ano e 25% ao final do 5º ano. Taxa fixa em dólar de USD + 1.78% a.a. equivalente a até CDI + 1,48% a.a., devido a operação de swap contratado. Vide nota explicativa nº 32.1.

A controlada direta AES Tietê contratou operações de swap de câmbio para se proteger da exposição à variação cambial dos empréstimos em moeda estrangeira, vide outras informações nota 32.1.

17.4 Composição de moeda e indexadores do principal e encargos:

	Consolidado	
	30.06.2021	
	R\$	%
Moeda nacional		
CDI	2.157.820	36,81
IPCA	1.870.593	31,91
TJLP	414.607	7,07
Pré-fixado	158.932	2,71
Moeda estrangeira		
Dólar	1.259.982	21,50
Total	5.861.934	100,00

17.5 Parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Consolidado				
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Custos de transação	Total
2022	136.136	29.026	—	(4.326)	160.836
2023	716.070	58.576	—	(10.405)	764.241
2024	231.125	59.591	269.225	(9.972)	549.969
2025	39.366	60.912	807.676	(10.447)	897.507
2026	712.556	62.236	179.484	(10.187)	944.089
2017 em diante	1.707.390	242.762	—	(22.916)	1.927.236
	3.542.643	513.103	1.256.385	(68.253)	5.243.878

17.6 Indexadores utilizados para atualização das debêntures, empréstimos e financiamentos:

	30.06.2021
CDI (índice do último dia útil do período)	4,15%
TJLP (índice do último dia útil do período)	4,61%
IPCA (índice acumulado dos últimos 12 meses)	8,35%
Dólar (taxa do último dia útil do período)	5,00

17.7 Compromissos financeiros - “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas, seus credores, utilizam-se dos *covenants* financeiros, descritos nos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas acompanham seus *covenants* qualitativos, conforme definidos, nos mesmos contratos.

Em 30 de junho de 2021, a Administração da Companhia manteve o acompanhamento dos seus índices financeiros, os quais foram atendidos.

Notas Explicativas

18. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Os contratos de arrendamento são relacionados a aluguéis de terrenos (284 contratos) e aluguéis de sedes administrativas (2 contratos), com vigência até 2051. A controlada direta AES Tietê Energia reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 10,08% a.a.

	Notas	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020		—
Efeito da incorporação reversa da AES Tietê Energia	1	86.359
Ingressos		2.521
Efeito da aquisição dos Complexos Salinas e Mandacaru		15.970
Encargos financeiros		2.038
Pagamento de encargos financeiros		(1.913)
Pagamento de principal		(101)
Venda de ativos de geração distribuída	11	7
Saldo em 30 de junho de 2021		104.881

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

	Notas	Consolidado
CIRCULANTE		
2021		361
2022		1.973
Subtotal	23	2.334
NÃO CIRCULANTE		
2022		1.556
2023		3.404
2024		3.696
2025		3.696
2026		3.696
2027 em diante		86.499
Subtotal		102.547
Total		104.881

19 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A controlada direta AES Tietê patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A Vivest é a principal entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela controlada direta AES Tietê.

O custeio do plano para a parcela de benefício definido (BD) é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio variam de 1,45% a 8,88%, conforme faixa salarial, e são reavaliadas periodicamente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de

Notas Explicativas

contribuição), com contrapartida da Companhia até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração.

A controlada direta AES Tietê possui Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA), previsto em seu acordo coletivo. O aderente ao PIA receberá os seguintes benefícios: (i) indenização variável equivalente a 0,3 do último salário base por ano de trabalho prestado à controlada direta AES Tietê, limitado a 10 salários (ii) 12 meses de auxílio alimentação (VA/VR); (iii) 18 meses de assistência médica hospitalar e odontológica aos empregados e seus dependentes diretos e (iv) multa de 40% do FGTS.

Abaixo, seguem as principais movimentações dos planos:

Passivo atuarial

	Consolidado
	30.06.2021
Valor presente das obrigações atuariais	613.697
Valor justo dos ativos do plano	(488.968)
Subtotal passivo (ativo) registrado com previdência privada	124.729
Valor presente das obrigações atuariais	11.935
Subtotal passivo (ativo) registrado com programa de incentivo à aposentadoria	11.935
Total das obrigações com benefícios pós-emprego	136.664

Movimentação do passivo atuarial

	Consolidado
	30.06.2021
Saldo no início do período	131.413
Despesa do período da obrigação com previdência privada	2.252
Despesa do período da obrigação com PIA	375
Efeito da incorporação reversa da AES Tietê Energia	2.624
Saldo no final do período	136.664

Despesas reconhecidas no resultado do período

	Consolidado	
	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Custo dos serviços correntes	—	—
Custo dos juros	11.097	11.097
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(8.845)	(8.845)
Subtotal das despesas benefício definido	2.252	2.252
Contribuição definida	750	750
Total da despesa com entidade de previdência privada	3.002	3.002
Custo dos serviços correntes	194	194
Custo dos juros	181	181
Total das despesas programa de incentivo à aposentadoria	375	375
Total das despesas com benefícios pós-emprego	3.377	3.377

Notas Explicativas

20. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

20.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostos da seguinte forma:

	Consolidado	
	Passivo	Ativo
	Provisão para processos judiciais e outros	Cauções e depósitos vinculados
	30.06.2021	30.06.2021
Trabalhista (a)	2.972	117
Meio ambiente (b)	2.599	—
Regulatório (c)	54.500	—
Fiscal (d)		
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	6.079	—
PIS/Cofins sobre receitas financeiras (d.2)	16.301	16.377
Cível (e)	4.796	—
Total	87.247	16.494
Circulante	5.526	
Não Circulante	81.721	
Total	87.247	

As cauções e depósitos vinculados totalizam R\$ 16.377 em 30 de junho de 2021, de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Consolidado			
	30.06.2021			
	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total
Trabalhista	117	139	1.057	1.313
Fiscal	16.377	—	—	16.377
Cível	—	41	—	41
Imobiliárias	—	3.469	—	3.469
	16.494	3.649	1.057	21.200

- (a) **Trabalhistas:** Existem 84 processos (89 em 31 de dezembro de 2020) de ações de empregados e ex-empregados próprios e terceirizados pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. São considerados como perda provável 17 processos. Em 30 de junho de 2021, o valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia de R\$2.972.

A administração da controlada direta AES Tietê, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os processos serão finalizados entre 2021 e 2024.

Notas Explicativas

- (b) Meio ambiente: Existem 105 processos de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a controlada direta AES Tietê no polo passivo. Os consultores jurídicos e a Administração da controlada direta AES Tietê avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 96 demandas, já que as demais ações tiveram julgamentos favoráveis à controlada direta AES Tietê e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$ 2.599.

A administração da controlada direta AES Tietê, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão finalizados entre 2021 e 2024.

- (c) Regulatório: Despacho 288: Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a controlada direta AES Tietê como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a controlada direta AES Tietê teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a RGE Sul (anteriormente AES Sul), principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288 (pois passou de credora a devedora do mercado), ingressou com ação judicial buscando a anulação do referido despacho, bem como decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à RGE Sul. Assim, a CCEE (sucessora do MAE) elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a controlada direta AES Tietê restou devedora do mercado. Em 29 de junho de 2012, a ação da RGE Sul foi julgada improcedente em 1ª instância. Em decorrência, a RGE Sul interpôs o recurso de apelação. Em 27 de março de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que julgou procedente a ação, determinando a anulação do Despacho ANEEL nº 288. Em face desta decisão, foram apresentados recursos pelos demais agentes do mercado e pela ANEEL. Ainda, a controlada direta AES Tietê apresentou embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada nova decisão de 2ª instância negando os recursos de embargos de declaração opostos pela controlada direta AES Tietê, demais agentes de mercado e ANEEL contra a decisão favorável de mérito à RGE Sul. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recurso de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Os recursos aguardam julgamento. O montante provisionado atualizado pelo IGPM até 30 de junho de 2021 corresponde a R\$54.500.

A administração da controlada direta AES Tietê, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2023.

- (d) Fiscal:

- (d.1) Compensações IRPJ e CSLL: Em 02 de dezembro de 2008, a controlada direta AES Tietê foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Os consultores jurídicos e a Administração da controlada direta AES Tietê avaliaram que de um total de R\$134.021 envolvidos na discussão, R\$ 6.079 são considerados como de perda provável, sendo o restante considerado como perda possível. A administração da controlada direta AES Tietê, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2022.
- (d.2) A controlada direta AES Tietê discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015. Enquanto não existia decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a controlada direta AES Tietê estava obrigada a efetuar o recolhimento dos valores. A controlada direta AES Tietê registrou provisão que, atualizada até 30 de junho de 2021, corresponde a R\$16.301 e efetuou depósitos judiciais no montante atualizado de R\$16.377. Além disso, por se tratar de obrigação legal, a controlada direta AES Tietê efetuou provisão para o referido valor.

Notas Explicativas

Em relação ao mérito, em Dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal julgou, em repercussão geral, a tese de forma desfavorável aos contribuintes. Sendo assim, em virtude do julgamento em repercussão geral, este entendimento será aplicado a todos os demais processos que discutem a mesma matéria. A administração da controlada direta AES Tietê, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2021.

20.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A controlada direta AES Tietê está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da controlada direta AES Tietê e suas controladas. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Consolidado
	30.06.2021
Meio ambiente (a)	Não determinado
Cível (b)	138.887
Regulatório (c)	54.369
Fiscal (d)	695.387
Total	888.643

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas de sua controlada direta AES Tietê, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

- (a) Meio ambiente - Recomposição de danos ambientais: Referem-se a 3 ações civis públicas relacionadas à suspensão do processo de licenciamento ambiental da controlada direta AES Tietê, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de (a.1) Bariri, (a.2) Barra Bonita e (a.3) Nova Avanhandava, e possuem valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.
- (a.1) Em janeiro de 2007, foi deferida liminar para determinar que a controlada direta AES Tietê se abstenha de conceder, a título oneroso ou gratuito, o uso das faixas de terras inseridas em área de preservação permanente. Em agosto de 2007, as partes acordaram pela suspensão do processo, para que a controlada direta AES Tietê apresente PACUERA (Plano Ambiental de Conservação de Uso do Entorno do Reservatório Artificial). Em agosto de 2008, a controlada direta AES Tietê informou quanto a necessidade de a CETESB apresentar diretrizes (Termo de Referência) para o respectivo PACUERA, tendo sido proferida decisão para suspender o processo até que a CETESB apresente as referidas diretrizes.
- (a.2) Com relação à ação do Reservatório de Barra Bonita, houve decisão em 1ª instância em 13 de junho de 2016, na qual a controlada direta AES Tietê foi condenada a recompor os danos ambientais (recuperação de mata ciliar) com base na metragem da legislação ambiental à época do empreendimento (Antigo Código Florestal). Os demais pedidos foram julgados improcedentes (estudo de impacto ambiental, unidade de conservação e indenização). Em 14 de julho de 2016, a controlada direta AES Tietê apresentou recurso contra a aplicação do Antigo Código Florestal, visto que os assessores legais da controlada direta AES Tietê avaliam como altas as chances de os Tribunais reformarem a decisão para aplicarem a metragem do Novo Código Florestal, de acordo com o plano de reflorestamento apresentado na CETESB pela Companhia. O processo foi então remetido ao Tribunal de Justiça. Em janeiro de 2018, na 1ª Câmara reservada ao Meio Ambiente, foi proferido despacho determinando o retorno dos autos à origem, diante da ausência de intimação do Ministério Público acerca da sentença e atos processuais posteriores. Em março de 2018, os autos foram recebidos na vara de origem e remetidos ao Ministério Público, o qual apresentou a sua manifestação. Em decorrência, a controlada direta AES Tietê apresentou a sua manifestação à cota da Procuradoria e o processo será remetido para julgamento; e

Notas Explicativas

- (a.3) Com relação à ação do Reservatório de Nova Avanhandava, após decisão que julgou improcedente a ação em 1ª instância, em outubro de 2009, o Tribunal decidiu por anular a decisão de 1ª instância, determinando a realização de perícia, a fim de verificar se houve dano/ impacto ambiental que não estivesse compensado pelo licenciamento ambiental. Após as apresentações dos recursos cabíveis, em julho de 2017, a referida decisão transitou em julgado, razão pela qual o processo retornou para a 1ª instância para a realização de perícia.

Além disso, a controlada direta AES Tietê possui 1 ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público contra o Estado de São Paulo, CETESB e a controlada direta AES Tietê, com o objetivo de impedir a proliferação de Algas Cianofíceas no Rio Tietê. Da companhia, o Ministério Público requer: (a) plano de contingência para o controle e redução das algas nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita sempre que atingirem níveis que coloquem em risco a saúde humana; (b) monitoramento do Rio Tietê com coletas mensais, informando os resultados à CETESB; (c) reflorestamento de toda a margem dos reservatórios que opera, localizados no Rio Tietê; e (d) pagamento de indenização pelos danos eventualmente considerados irreversíveis causados ao meio ambiente, a serem apurados em liquidação de sentença. Em 03 de setembro de 2018, foi concedida liminar aos pedidos do Ministério Público, a qual determina à controlada direta AES Tietê: (i) Estabelecer, em conjunto com o Estado e a CETESB, plano de contingência para o controle e redução das cianobactérias nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita; (ii) Iniciar monitoramento do Rio Tietê, com coletas mensais, devendo informar os resultados à CETESB com a mesma periodicidade e ainda disponibilizar os dados obtidos nesse monitoramento em seu site na internet; e (iii) Apresentar, no prazo máximo de 6 meses, projeto de reflorestamento de toda a mata ciliar dos reservatórios que opera ao longo do Rio Tietê. A controlada direta AES Tietê recorreu da decisão liminar, buscando suspender seus efeitos, e em 24 de outubro de 2018, foi publicada decisão favorável à Companhia no tribunal, suspendendo os efeitos da Liminar. Em março de 2019, foi proferida decisão que deu provimento ao recurso apresentado pela controlada direta AES Tietê e, consequentemente, revogou a liminar que determinava uma série de obrigações para a mesma. Atualmente, aguarda-se julgamento em primeira instância. Tal ação possui valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

(b) Cível:

- (b.1) Obrigação de expansão: Em outubro de 2018, a controlada direta AES Tietê assinou acordo judicial com o Estado de São Paulo. No acordo judicial, restou registrado que: (i) 80% da obrigação de expansão (317 MW) foi cumprida ou está em fase de cumprimento; e (ii) a partir da homologação judicial do acordo, homologado em 22 de janeiro de 2019, a controlada direta AES Tietê tem o prazo de até 6 anos para cumprir o saldo remanescente (81 MW). Em 22 de janeiro de 2019, foi proferida decisão que homologou a referido acordo. Com isso, a partir da referida homologação judicial, o processo ficará suspenso por 6 anos. Em caso de não cumprimento da obrigação remanescente no prazo de até 6 anos, fica a controlada direta AES Tietê sujeita aos termos formulados na petição inicial pelo Estado de São Paulo, sob pena de pagamento de indenização por eventuais perdas e danos.

- (b.2) Em 13 de março de 2013, foi movida ação judicial contra a controlada direta AES Tietê, visando a cobrança de valores supostamente devidos em razão da rescisão de contratos de reflorestamento celebrados entre a Dicrel - Dois Irmãos Comercio e Reflorestamento Ltda e a controlada direta AES Tietê, na medida que a Autora entende não ter incorrido nas hipóteses de rescisão unilateral dos contratos e, portanto, ser credora de valores residuais.

Em abril de 2013, a controlada direta AES Tietê apresentou contestação. Em virtude de tratar-se de matéria de prova, o juiz de 1ª instância determinou a realização de perícias (ambiental e contábil), com o fim de identificar a veracidade dos fatos alegados na inicial. Atualmente, o processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a conclusão de perícia ambiental. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada direta AES Tietê terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$10.474, atualizado até 30 de junho de 2021.

- (b.3) Em 19 de novembro de 2018, foi movida ação judicial em face das 15 SPE's relativas ao Complexo Eólico Alto Sertão II, para fins de execução de parcela líquida da sentença arbitral proferida nos autos da "arbitragem A". Em suma, o Consórcio MGT objetivava o pagamento do débito exequendo, referente à sentença arbitral proferida, acrescido de multa de 10% e de

Notas Explicativas

honorários advocatícios de 10%, em virtude do não pagamento do débito no prazo de 15 dias úteis da efetiva citação. Como as citações não foram efetivamente recebidas pelas 15 SPE's, após o pagamento integral do débito executado, em 30 de abril de 2019, foi apresentada impugnação ao cumprimento de sentença arbitral, com o objetivo de afastar a cobrança dos valores relativos a multa e honorários. Em 24 de junho de 2019, foi proferida sentença de 1º instância que afastou a cobrança dos valores referentes a multa e honorários. Em decorrência, em 25 de setembro de 2019, o Consórcio MGT interpôs recurso de apelação. Em 16 de novembro de 2020, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento a apelação do MGT. Em decorrência, o MGT opôs embargos de declaração. Em 10 de junho de 2021 foi proferida a decisão que rejeitou os quais encontram embargos de declaração opostos pelo MGT. Em face dessa decisão foi interposto recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada direta AES Tietê terá que desembolsar o valor estimado de R\$8.645, atualizado até 30 de junho de 2021.

- (b.4) Em outubro de 2019, teve início a arbitragem movida pelos fornecedores de painéis fotovoltaicos da construção do Complexo Solar Guaibê em face da Cobra do Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. ("Cobra do Brasil") e as SPEs do Complexo Solar Guaibê. Em maio de 2017, as partes assinaram contrato de fornecimento de painéis fotovoltaicos às SPEs. Em razão do descumprimento de condições do contrato de fornecimento, as SPEs retiveram 10% do valor total do contrato, no valor de R\$28.497 e, em outubro de 2018, a Cobra do Brasil executou a garantia de performance no total de R\$28.497, em face das Guaibês. Pela arbitragem, os fornecedores objetivam a cobrança de R\$54.090, sendo (i) R\$26.033 referente às multas aplicadas pelas SPEs pelas entregas atrasadas e (ii) R\$26.033 referente ao ressarcimento da garantia de performance de US\$5.204. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a responsabilidade pelo pagamento da condenação será da Cobra do Brasil, conforme estabelecido no contrato de compra e venda.
- (b.5) Processo Aneel: Refere-se ação judicial proposta pelas SPE's do Complexo Eólico Ventus, visando a anulação dos efeitos do Despacho da ANEEL nº 1.388/2014, especificamente em relação ao trecho que estipula, em caráter retroativo, o início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Esta alteração retroativa acarretou na recontabilização da energia faturada pelas empresas, entre fevereiro e maio de 2014, no âmbito do respectivo CER, resultando em um saldo no valor de R\$ 67.700, atualizado até 30 de junho de 2021, em favor da CCEE, que equivale à diferença entre o valor da energia previsto no CERs e o valor da energia no PLD à época. Inicialmente foi deferida liminar para suspender os efeitos do despacho em questão. Posteriormente, foi proferida sentença de primeira instância desfavorável aos interesses das SPE's do Complexo Eólico Ventus. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação e requerido o efeito suspensivo ao referido recurso. Foi concedido efeito suspensivo ativo para suspender a parte do referido despacho quanto ao efeito retroativo do início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Atualmente, aguarda-se julgamento da apelação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a responsabilidade pelo pagamento da condenação será da J. Malucelli Energia S.A, conforme estabelecido no contrato de compra e venda. Prognóstico de perda: Possível.
- (c) Regulatório:
- (c.1) Perda no repasse de energia de Itaipu: Trata-se de discussão sobre a obrigatoriedade da controlada direta AES Tietê de adquirir a energia de Itaipu na qualidade de quotista cogente. Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito de a controlada direta AES Tietê não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1 de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a controlada direta AES Tietê recorreu da decisão, no qual restou decidido que a suspensão da liminar só valeria para o futuro (os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004). Em 17 de agosto de 2007, foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela controlada direta AES Tietê. Em 17 de outubro de 2007, foi interposta apelação pela Eletrobrás e, em 26 de novembro de 2007, foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a controlada direta AES Tietê aguarda julgamento dos recursos de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em Maio de 2020, suportada por parecer elaborado pelo escritório que patrocina a causa, a controlada direta AES Tietê Energia entendeu não ser mais necessária a manutenção da provisão relativa ao caso, em virtude do fato de não ser mais provável o desembolso de caixa dos valores. Dessa forma, em maio de 2020, foi

Notas Explicativas

realizada a reversão total da provisão no valor de R\$54.368 (valor maio de 2020), sendo R\$22.573 de principal e R\$31.795 de variação cambial. O processo continua em andamento. Em que pese não existir mais provisão relativa ao caso em questão, em 30 de junho de 2021, o montante em discussão totaliza a importância de R\$54.369.

(d) Fiscal:

(d.1) Compensações de IRPJ e CSLL: Referem-se a intimações da Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas de IRPJ e CSLL, conforme mencionado no item (d.1) da nota explicativa nº 18.1 sendo estimado como perda possível R\$127.948 de um total de R\$134.021. Em 19 de abril de 2017, a controlada direta AES Tietê foi intimada de decisão de 2ª instância administrativa desfavorável aos seus interesses. Tal decisão foi proferida em um dos quatro processos administrativos, cujo prognóstico é classificado como possível, em que se discutem as compensações de IRPJ e CSLL, o qual corresponde ao valor atualizado até de junho de 2021 em R\$51.017. Em 27 de abril de 2017, a controlada direta AES Tietê interpôs recurso especial que será apreciado pela Câmara Superior do CARF. Apesar da decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece classificado como possível. A administração da controlada direta AES Tietê, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que esta fase do processo será concluída durante o ano de 2022. No tocante às demais três compensações, aguarda-se decisão dos recursos administrativos apresentados pela controlada direta AES Tietê perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF (2ª instância administrativa). Em relação a esses três processos, a administração da controlada direta AES Tietê, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que as fases atuais dos processos serão concluídas durante o ano de 2022.

(d.2) Auto de infração - ágio (2006 a 2008): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$161.808 atualizado até 30 de junho de 2021. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda e Tietê Participações Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à controlada direta AES Tietê. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável aos interesses da controlada direta AES Tietê. Segundo o entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o aproveitamento do ágio foi considerado ilegítimo e reduzida apenas a multa aplicada no Auto de Infração de 150% para 75%. Em agosto de 2016, a controlada direta AES Tietê recebeu intimação relativa à decisão desfavorável proferida pelo CARF. Em virtude de omissões quanto a fundamentação legal da decisão, a controlada direta AES Tietê opôs embargos de declaração. Em novembro de 2016, a controlada direta AES Tietê recebeu decisão desfavorável, a qual rejeitou os embargos de declaração apresentados. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial. Em outubro de 2017, foi proferida decisão desfavorável aos interesses da controlada direta AES Tietê pela Câmara Superior do CARF. Desta forma, encerraram-se as possibilidades de recursos na esfera administrativa. Em janeiro de 2018, a controlada direta AES Tietê ingressou com medida judicial para discutir o débito em questão. Ainda, com o intuito de suspender a exigibilidade do débito, foi apresentado seguro garantia e obtida decisão liminar para garantir a suspensão do débito. Atualmente, aguarda-se o julgamento de mérito em 1ª instância. Em maio de 2018, a controlada direta AES Tietê opôs embargos à execução fiscal. Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 1ª instância que julgou os embargos à execução extintos sem a análise do mérito. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação. Em 03 de novembro de 2020, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de apelação interposto pela controlada direta AES Tietê em face da decisão que julgou extintos os embargos à execução fiscal sem a análise do mérito. Em decorrência a controlada direta AES Tietê opôs embargos de declaração. Em fevereiro de 2021, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pela controlada direta AES Tietê. Em decorrência, foram interpostos os recursos especial e extraordinário, os quais encontram-se pendentes de julgamento. Em relação ao mérito e andamento da ação anulatória, aguarda-se o julgamento em 1ª instância. Em que pese o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.

Notas Explicativas

- (d.3) Auto de infração - Refere-se ao Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida, no ano de 2008, dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela controlada direta AES Tietê, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da controlada direta AES Tietê. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável à controlada direta AES Tietê. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em outubro de 2016, foi proferida decisão desfavorável que rejeitou os embargos de declaração. Em decorrência, foi interposto recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento pela Câmara Superior do CARF. Em que pese a decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado. O valor atualizado até 30 de junho de 2021 é de R\$9.667.
- (d.4) Auto de Infração IRPJ - Refere-se a Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de IRPJ referente as estimativas mensais de dezembro de 2004 e dezembro de 2007, acrescidos de multa isolada e de ofício. Em novembro de 2009, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável a controlada direta AES Tietê, a qual cancelou a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcialmente a cobrança relativa ao ano de 2004, além de cancelar parcela da multa aplicada. Em decorrência, além do recurso de ofício (por parte da Fazenda), a controlada direta AES Tietê interpôs recurso voluntário. Em abril de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de ofício e deu parcial provimento ao recurso voluntário da controlada direta AES Tietê. Em face desta decisão, a controlada direta AES Tietê interpôs recurso especial para discutir a parcela da decisão que manteve a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2004. Como a Fazenda apresentou recurso especial apenas em face da parcela da decisão que cancelou as multas, tornou-se definitivo o cancelamento da cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcela do imposto referente ao ano de 2004. Atualmente, aguarda-se o julgamento pelo CARF do recurso especial apresentado pela Fazenda. No tocante ao recurso especial da controlada direta AES Tietê, em março de 2018, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso. Assim, em virtude do encerramento da discussão na esfera administrativa e com o intuito de continuar discutindo judicialmente a matéria, a controlada direta AES Tietê apresentou seguro garantia e, atualmente, aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal, em 1ª instância. O valor atualizado do caso para 30 de junho de 2021 é de R\$20.479.
- (d.5) Auto de infração - ágio (2013/2016): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$328.653 atualizado até 30 de junho de 2021. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela controlada direta AES Tietê (ocorrida entre 2013 a 2016), em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2016. Após a análise do auto de infração, a controlada direta AES Tietê verificou que parcela da autuação se refere a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia. Desta forma, do montante total cobrado no auto de infração R\$ 328.653, R\$ 94.789 seriam de responsabilidade da entidade sob controle comum Brasileira Participações, na medida em que estão relacionados a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia, e R\$233.864 atribuíveis à controlada direta AES Tietê. Em relação à parcela de responsabilidade da Brasileira Participações, a controlada direta AES Tietê notificou o BNDES e Brasileira Participações para resguardar o direito quanto a eventual indenização, na forma do contrato de indenização firmado com aquela companhia por ocasião do Projeto Baltimore. Em 03 de dezembro de 2019, a controlada direta AES Tietê, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa parcialmente favorável aos interesses da controlada direta AES Tietê. A decisão em questão exonerou o montante de R\$60.310 (atualizados até 31 de outubro de 2020). A controlada direta AES Tietê interpôs recurso voluntário em face da parcela que lhe foi desfavorável, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável à controlada direta AES Tietê, a Brasileira Participações terá que arcar com o pagamento da parcela da autuação relativa ao período de sua responsabilidade. Segundo os assessores legais da controlada direta AES Tietê, o prognóstico de perda permanece classificado como possível.
- (d.6) Auto de infração - ágio (2013/2015): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de

Notas Explicativas

R\$106.119 atualizado até 30 de junho de 2021 (R\$105.180 em 31 de dezembro de 2020). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela controlada direta AES Tietê, ocorrida entre 2013 a 2015, em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2015. Em 03 de dezembro de 2019, a controlada direta AES Tietê, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa desfavorável aos interesses da controlada direta AES Tietê. Em face desta decisão, a controlada direta AES Tietê interpôs recurso voluntário, o qual encontra-se pendente de julgamento.

- (d.7) Execução Fiscal - PIS/COFINS (Saldo Remanescente 2007/2010): Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de supostos saldos remanescentes de PIS e COFINS relativos ao ano calendário de 2007 à 2010. Os referidos saldos são oriundos de processo administrativo em que a controlada direta AES Tietê discutia questões relativas ao regime de tributação de PIS e COFINS, cujo prognóstico era remoto. Neste caso, o processo encerrou-se, no mérito, de forma favorável à controlada direta AES Tietê e o sistema da Receita Federal apontou a existência dos referidos saldos remanescentes, em virtude da glosa de créditos supostamente aproveitados de forma indevida. Em fevereiro de 2020, a controlada direta AES Tietê opôs embargos à execução fiscal, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor atualizado do caso para 30 de junho de 2021 é de R\$8.939.

Cartas de fiança, seguro garantia e caução

Em 30 de junho de 2021, controlada direta AES Tietê e suas controladas possuem cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais, conforme abaixo:

Consolidado	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	9	193.342	0,34 a 1,00%
Cível	2	65.561	1,00%
	11	258.903	

21. ENCARGOS SETORIAIS

	Consolidado
	30.06.2021
<u>CIRCULANTE</u>	
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	4.848
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	5.617
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	563
Ministério de minas e energia	281
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	169
Taxa de fiscalização ANEEL	1.319
Subtotal	12.797
<u>NÃO CIRCULANTE</u>	
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	8.429
Subtotal	8.429
Total	21.226

Notas Explicativas

22. OBRIGAÇÕES DE AQUISIÇÕES

CIRCULANTE	Notas	Consolidado
		30.06.2021
Complexo Eólico Tucano		10.040
Complexo Eólico Cajuína	1.1	29.715
Subtotal		39.755
NÃO CIRCULANTE		Consolidado
		30.06.2021
Complexo Eólico Tucano		1.057
Complexo Eólico Ventus		11.381
Complexo Eólico Cajuína	1.1	62.247
Complexo Eólico Alto Sertão II		13.435
Subtotal		88.120
Total		127.875

23. RESSARCIMENTO PASSIVO E OUTRAS OBRIGAÇÕES

CIRCULANTE	Notas	Controladora	Consolidado
		30.06.2021	30.06.2021
Participação nos lucros e resultados		—	8.882
Férias		—	9.610
Encargos sociais sobre férias e gratificações		—	4.298
Meio ambiente		—	2.327
Obrigações especiais		—	406
Bônus		—	881
Passivo de arrendamento		—	2.334
Demais obrigações		260	12.961
Subtotal		260	41.699
NÃO CIRCULANTE		Controladora	Consolidado
		30.06.2021	30.06.2021
Provisões para desmobilização	1.2 e 12	—	106.589
Meio ambiente		—	10.176
Obrigações especiais		—	1.584
Demais obrigações		—	5.607
Subtotal		—	123.956
Total		260	165.655

Notas Explicativas

Ressarcimento passivo

Os parques eólicos e solares operam contratos de Energia de Reserva (LER) e contratos de Energia Nova (LEN). Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos de geração em relação a receita fixa com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras do mecanismo. Os ressarcimentos por desvios negativos de geração estão sendo apresentados na rubrica de outras obrigações. Já os ressarcimentos por desvios positivos de geração, estão sendo apresentados na rubrica de outros ativos, sendo ambos têm como contrapartida a rubrica de "Receita operacional". Em 30 de junho de 2021, o passivo de ressarcimento no circulante e não circulante representam R\$155.181 e R\$70.695, respectivamente.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A seguir está apresentada a composição acionária da Companhia:

	30.06.2021		31.12.2020	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil S.A.	97.190.818	24,35	—	—
AES Holdings Brasil II S.A.	85.097.408	21,32	—	—
AES Tietê Energia S.A.	—	—	500	100,00
BNDESPar	39.554.586	9,91	—	—
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	30.165.523	7,56	—	—
Outros	147.098.182	36,86	—	—
Ações ordinárias em circulação	399.106.517	100,00	500	100,00
Ações em tesouraria	3	—	—	—
Total das ações	399.106.520	100,00	500	100,00

Notas Explicativas

24.1 Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

		Controladora
	Notas	30.06.2021
<u>Reservas de capital:</u>		
Incorporação de ações da AES Tietê		377.602
Ações e opções de ações outorgadas		125
Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	1.3	(38.376)
Subtotal		339.351
<u>Outros resultados abrangentes:</u>		
Incorporação de ações da AES Tietê		(119.824)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		(13.914)
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas		7.165
Subtotal		(126.573)
<u>Reservas de lucro:</u>		
Reserva de investimentos		547.218
Subtotal		547.218
Total		759.996

Em 29 de março de 2021, foi finalizado o processo de incorporação das ações da AES Tietê, detalhado na nota explicativa nº 2.

24.2 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de maio de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, com base em reserva de lucros no montante de R\$67.993, sendo R\$0,17036252099 por ação ordinária da Companhia. O pagamento foi realizado em 28 de maio de 2021.

Notas Explicativas

25. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir apresenta o resultado básico por ação em 30 de junho de de 2021 .

	Controladora
	30.06.2021
Numerador:	
Resultado líquido do período	23.197
Denominador (em milhares de ações):	
Média ponderada do número de ações ordinárias	206.205
Denominador ajustado	
Denominador para lucro básico e diluído por ação	206.205
Denominador para lucro básico e diluído por ação ajustado	206.205
Resultado básico por ação (R\$ por ação)	
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,11249

A Companhia não possui efeito diluidor do resultado por ação.

Notas Explicativas

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	01.04.2021 a 30.06.2021	
	MWh	R\$
Contratos bilaterais	3.248.669	454.525
Mercado de curto prazo	—	—
MRE	—	—
SPOT	18.389	2.083
Outros	—	14.574
Contratos de energia eólicos	515.346	113.468
Contratos de energia solares	166.066	40.396
Outras receitas	—	8.376
Receita operacional bruta	3.948.469	633.422
PIS e Cofins	—	(50.618)
CFURH	—	(6.537)
ICMS	—	(10.721)
Pesquisa e desenvolvimento	—	(4.121)
ISS	—	(4)
Receita líquida	3.948.469	561.421

Notas Explicativas

27. CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	01.04.2021 a 30.06.2021	
	MWh	R\$
Custo de produção e operação de energia		
Contratos bilaterais	587.721	(106.736)
Mercado de curto prazo		
MRE	626.367	(8.927)
SPOT	235.150	(40.489)
Outros	—	(1.024)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	—	(60.111)
Taxa de fiscalização ANEEL	—	(3.023)
Crédito de PIS e Cofins	—	12.054
Subtotal	861.517	(208.256)
Custo da operação		
Pessoal e administradores	—	(19.844)
Benefícios pós-emprego	—	(768)
Serviços de terceiros	—	(28.361)
Material	—	(7.805)
Depreciação e amortização	—	(103.089)
Seguros	—	(5.973)
Arrendamentos e aluguéis	—	(1.492)
Contribuições setoriais	—	(1.268)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	—	(36)
Multas contratuais	—	(327)
Outros custos operacionais	—	(1.219)
Subtotal	—	(170.182)
Total	861.517	(378.438)

28. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Pessoal e administradores	—	—	(19.983)	(19.983)
Benefícios pós-emprego	—	—	(176)	(176)
Serviços de terceiros	(877)	(996)	(3.950)	(3.950)
Material	—	—	(14.992)	(14.992)
Depreciação e amortização	—	—	(16.240)	(16.240)
Total	(877)	(996)	(55.341)	(55.341)

Notas Explicativas

29. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Notas	Controladora		Consolidado	
		01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Ganho na venda de controlada	11	—	—	9.644	9.644
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		—	—	(624)	(624)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível		—	—	(240)	(240)
Outros		(84)	35	(66)	(66)
Total		(84)	35	8.714	8.714

Notas Explicativas

30. RESULTADO FINANCEIRO

		Controladora		Consolidado	
		01.04.2021 a 30.06.2021	01.04.2021 a 30.06.2021	01.04.2021 a 30.06.2021	01.04.2021 a 30.06.2021
	Notas				
Receitas Financeiras					
Renda de aplicações financeiras		5	5	9.140	9.140
Atualização do contas a receber do mercado de curto prazo		—	—	2.904	2.904
Atualização de créditos tributários		—	—	19	19
Renda de cauções e depósitos judiciais		—	—	757	757
PIS e COFINS sobre receita financeira		—	—	(352)	(352)
Outras		—	—	28	28
Variações Cambiais:					
Outras receitas cambiais		—	—	1.981	1.981
Total		5	5	14.477	14.477
Despesas Financeiras					
Encargos de dívidas	17	—	—	(65.421)	(65.421)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	17	—	—	(34.306)	(34.306)
Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos	19	—	—	(2.431)	(2.431)
Atualização monetária de obrigações por aquisições		—	—	(3.967)	(3.967)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/ intangível em curso (i)		—	—	7.688	7.688
Juros sobre passivos de arrendamento		—	—	(2.038)	(2.038)
Atualização monetária de processos judiciais e outros		—	—	(4.704)	(4.704)
Imposto sobre Imposto sobre operações financeiras - IOF (ii)		—	—	(17.734)	(17.734)
Outras		(2)	(2)	(3.350)	(3.350)
Variações Cambiais:					
Marcação a mercado de derivativos		—	—	(4.000)	(4.000)
Fornecedores		—	—	(1.014)	(1.014)
Outros		—	—	(9)	(9)
Total		(2)	(2)	(131.286)	(131.286)
Total Líquido		3	3	(116.809)	(116.809)

(i) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,7% a.a. no semestre findo em 30 de junho de 2021, sobre os ativos qualificáveis.

(ii) Em função da não incorporação do AFAC existente entre a controlada direta AES Tietê Energia e a controlada indireta Nova Energia, a controlada direta AES Tietê Energia efetuou o recolhimento do IOF sobre contrato de mútuo, no montante de R\$17.734.

Notas Explicativas

31. PARTES RELACIONADAS

		Consolidado
	Notas	30.06.2021
Outros ativos (i)	10	
Contas a receber - Tucano F6		589
Contas a receber - Tucano F7		661
Contas a receber - Tucano F8		589
Contas a receber - Tucano Holdings III S.A.		16
Subtotal não circulante		1.855
Total do ativo		1.855
Passivo		
Fornecedores AES Corp. (iii)	15	12.482
Total		12.482
Obrigações com benefícios pós-emprego (ii)	19	124.729
Total do passivo		137.211

- (i) Em 03 de setembro de 2020, a controlada direta AES Tietê Energia celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão administrativa e operacional de projetos eólicos com a Tucano Holding III, *joint venture* do grupo, onde a AES Tietê Energia será responsável pela prestação desse serviço durante um prazo 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos.
- (ii) A controlada direta AES Tietê é parte integrante do Conselho Deliberativo da Vivest, possuindo influência significativa na administração do mesmo.
- (iii) Prestação de serviços e soluções relacionados à implementação da estratégia digital (Digital Transformation) da AES Brasil, pela AES Big Sky LLC, subsidiária da AES Corp.

		Consolidado	
	Notas	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Resultado			
VIVEST - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (i)	19	(2.252)	(2.252)
Total do resultado		(2.252)	(2.252)

- (i) A controlada direta AES Tietê é parte integrante do Conselho Deliberativo da Vivest, possuindo influência significativa na administração do mesmo.

31.1 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. A remuneração no período findo em 30 de junho de 2021 é apresentada a seguir:

Notas Explicativas

	Consolidado	
	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Benefícios de curto prazo	2.407	2.407
Benefícios pós-emprego	28	28
Outros benefícios de longo prazo	43	43
Remuneração baseada em ações (i)	37	37
Total	2.515	2.515

(i) Compostos por ações e opções de ações da AES Corp outorgadas à alta administração.

32 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

32.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

		Consolidado			
		30.06.2021			
		Mensuração do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)					
Caixa e equivalentes de caixa (Numerário disponível)	5		17.969	17.969	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (Operação compromissada)	5	Nível 2	88.833	88.833	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	5	Nível 2	946.688	946.688	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	6		242.172	242.172	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	9		230.567	230.567	Custo amortizado
Total			1.526.229	1.526.229	
PASSIVO (Circulante e não circulante)					
Fornecedores	15		196.047	196.047	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17		4.521.010	4.536.518	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos (moeda estrangeira)	17	Nível 2	1.259.982	1.259.982	Valor justo por meio do resultado
Passivo de arrendamento	18		104.881	104.881	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	32.1	Nível 2	207.804	207.804	Designado para hedge de fluxo de caixa
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			900	900	Custo amortizado
Total			6.290.624	6.306.132	

Durante o período findo em 30 de junho de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3

Notas Explicativas

Instrumentos derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposição a: (i) risco cambial dos empréstimos captados no exterior por meio de *SWAPs*, que resultam de posições passivas vinculadas a variação do CDI; e (ii) a contratação de proteção cambial referente a compra de aerogeradores em moeda estrangeira (nota explicativa nº 1.1), por meio de *NDFs*. Estas se qualificam como *hedge accounting* e estão classificadas como *hedge* de fluxo de caixa, sendo que são contabilizados como ativos financeiros quando o valor for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Os contratos em aberto em 30 de junho de 2021 são os seguintes:

Data do Contrato	Tipo	Indexador Ativo	Indexador Passivo	Instrumento Proteção	Valor Nominal (USD)	Valor MTM (R\$)
29/12/2020	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (i)	116.122	(33.571)
31/3/2021	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (i)	138.169	(137.705)
2/2/2021	Cash Flow Hedge	Euro	Euro	NDF (ii)	5.265	(2.816)
2/2/2021	Cash Flow Hedge	Dólar	Dólar	NDF (ii)	5.197	(1.658)
19/3/2021	Cash Flow Hedge	Euro	Euro	NDF (ii)	5.010	(3.488)
19/3/2021	Cash Flow Hedge	Dólar	Dólar	NDF (ii)	3.448	(1.854)
29/3/2021	Cash Flow Hedge	Euro	Euro	NDF (ii)	285	(281)
29/3/2021	Cash Flow Hedge	Dólar	Dólar	NDF (ii)	1.468	(1.229)
6/4/2021	Cash Flow Hedge	Euro	Euro	NDF (ii)	9.213	(7.402)
7/4/2021	Cash Flow Hedge	Dólar	Dólar	NDF (ii)	4.824	(2.890)
8/4/2021	Cash Flow Hedge	Euro	Euro	NDF (ii)	4.941	(3.713)
8/4/2021	Cash Flow Hedge	Dólar	Dólar	NDF (ii)	5.154	(3.127)
22/4/2021	Cash Flow Hedge	Euro	Euro	NDF (ii)	4.477	(3.125)

(i) A controlada direta AES Tietê, contratou operações de derivativo de swap de câmbio, no valor nominal de U\$S 116.122 e U\$S 138.169, em 29 de dezembro de 2020 e em 31 de março de 2021, respectivamente, com valores de referência de R\$600.000 e R\$ 800.000 com o objetivo de se proteger da exposição em dólar devido a emissão dos empréstimos em moeda estrangeira (nota explicativa nº 17.1), captados nestas mesmas datas. O primeiro instrumento derivativo trocou o risco de juros fixo de 1.63% + variação cambial por CDI+1,50 a.a., com 50% do vencimento em dezembro de 2024 e 50% em dezembro de 2025. Já segundo instrumento trocou o risco de juros fixo de 1.78% + variação cambial por CDI+ 1.48%, com 75% do vencimento em março de 2025 e 25% em março de 2026.

(ii) Durante o primeiro trimestre de 2021, com o objetivo de se proteger da exposição em dólar e em euro do contrato de fornecimento de turbina eólica assinado com a Nordex, a controlada indireta Tucano Holding I contratou operações de derivativos denominada de *NDF* nos valores nominal de U\$S 20.091 e EUR 29.190.

Os contratos de NDF em aberto em 30 de junho de 2021 por faixa de vencimentos são os seguintes:

Notas Explicativas

Data de Vencimento	Montante em EUR	Montante em USD
ago. 2021	8.870	—
jan. 2022	1.179	—
mar. 2022	808	—
abr. 2022	4.637	—
mai. 2022	3.232	—
jun. 2022	1.194	—
jul. 2022	2.326	7.602
ago. 2022	1.984	6.516
set. 2022	2.480	1.629
out. 2022	992	1.086
nov. 2022	1.488	3.258
Total	29.190	20.091

Em 30 de junho de 2021, baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente (descontados a taxas de mercado apresentadas pela Bloomberg), a Companhia elaborou uma estimativa de valor de mercado das operações de *swap* e *NDF*.

Hedge de Fluxo de Caixa

A parcela altamente eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”. A parcela não efetiva do *hedge* é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variações cambiais da operação.

Para cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo o ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquidos são reclassificados no período em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas a parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxa variáveis são reconhecidas na demonstração do resultados como despesas financeira ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos. Adicionalmente os ganhos ou perdas relacionadas a parcela efetiva das *NDFs* que protegem o ativo imobilizado da Companhia são reconhecidas no resultado ao mesmo tempo em que o item protegido afeta a despesas de depreciação.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado com ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverão ser contabilizados, dependendo da natureza da transação subjacente.

Notas Explicativas

32.2 Gerenciamento de riscos

(a.1) Risco de crédito

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 30 de junho de de 2021 é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
	30.06.2021	30.06.2021
Caixa e equivalentes de caixa	2.402	106.802
Investimentos de curto prazo	—	946.688
Contas a receber de clientes	—	242.172
Cauções e depósitos vinculados	—	230.567
Total da exposição	2.402	1.526.229

(a.2) Risco de gerenciamento de capital

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Notas	Consolidado
		30.06.2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	5.780.992
Garantias de financiamento	9	(208.579)
Caixa e equivalentes de caixa	5	(106.802)
Investimentos de curto prazo	5	(946.688)
Dívida líquida		4.518.923
Patrimônio líquido		2.617.254
Índice de alavancagem financeira		172,66%

Do endividamento financeiro total consolidado em 30 de junho de de 2021, 9,29% era de curto prazo e o prazo médio dos empréstimos, financiamentos e debêntures é de 4,0 anos.

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 17.6.

Notas Explicativas

(a.3) Risco de liquidez

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures” e “Passivo de arrendamento” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 17. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 30 de junho de 2021	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	196.047	—	—	—	—
Debêntures	65.814	588.319	984.268	823.839	3.257.107
Empréstimos e Financiamentos	27.552	82.388	107.270	923.263	847.084
Passivo de arrendamento	361	1.973	3.112	11.089	88.346
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	—	841	—	—	—
Total	289.774	673.521	1.094.650	1.758.191	4.192.537

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 30 de junho de 2021.

(a.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

A controlada direta AES Tietê e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do DI, IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 30 de junho de 2021, as aplicações financeiras da controlada direta AES Tietê e suas controladas foram alocadas em CDBs e fundo de investimentos, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 30 de junho de 2021 é:

	Notas	30.06.2021
Equivalentes de caixa	5	88.833
Investimentos de curto prazo	5	946.688
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	(5.703.002)
Total da exposição líquida		(4.667.481)

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI e IPCA e não contemplam os saldos de custos de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo da exposição, visto que não há risco de oscilação devido a mudanças nas taxas de juro de mercado.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a controlada direta AES Tietê e suas controladas estão expostas na data base de 30 de junho de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Notas Explicativas

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e debêntures.

			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
Aplicações financeiras	Risco	Posição em 30.06.2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,11%	4,66%	6,21%	7,76%	9,32%
Equivalentes de caixa (i)	CDI	88.833	2.689	4.030	5.370	6.711	8.060
Investimentos de curto prazo	CDI	946.688	29.442	44.116	58.789	73.463	88.231
Impacto no resultado			37.083	55.624	74.166	92.708	111.249
			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívidas	Risco	Posição em 30.06.2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,11%	4,66%	6,21%	7,76%	9,32%
7ª Emissão de Debêntures (2ª Série)	CDI	(761.341)	(33.883)	(45.837)	(57.791)	(69.746)	(81.777)
9ª Emissão de Debêntures (1ª Série)	CDI	(1.396.479)	(57.830)	(79.691)	(101.553)	(123.415)	(145.418)
Scotiabank 4131	CDI	(1.259.982)	(58.673)	(78.496)	(98.318)	(118.141)	(138.092)
Impacto no resultado			(150.386)	(204.024)	(257.662)	(311.302)	(365.287)
IPCA			2,04%	3,06%	4,08%	5,11%	6,13%
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(58.094)	(5.696)	(6.334)	(6.974)	(7.615)	(8.253)
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(64.768)	(6.522)	(7.235)	(7.951)	(8.667)	(9.380)
5ª Emissão de Debêntures	IPCA	(225.356)	(19.636)	(22.085)	(24.545)	(27.007)	(29.456)
6ª Emissão de Debêntures (2ª Série)	IPCA	(384.497)	(34.444)	(38.632)	(42.839)	(47.049)	(51.237)
8ª Emissão de Debêntures	IPCA	(214.339)	(17.539)	(19.857)	(22.185)	(24.515)	(26.833)
9ª Emissão de Debêntures (2ª Série)	IPCA	(722.042)	(49.432)	(57.143)	(64.889)	(72.642)	(80.354)
9ª Emissão de Debêntures (3ª Série)	IPCA	(201.497)	(13.795)	(15.947)	(18.108)	(20.272)	(22.424)
Impacto no resultado			(147.064)	(167.233)	(187.491)	(207.767)	(227.937)
TJLP			3,34%	5,02%	6,69%	8,36%	10,03%
BNDES	TJLP	(414.607)	(23.531)	(30.654)	(37.728)	(44.815)	(51.895)
Impacto no resultado			(23.531)	(30.654)	(37.728)	(44.815)	(51.895)
Total da exposição líquida			(283.898)	(346.287)	(408.715)	(471.176)	(533.870)

(i) O caixa não está sendo considerado na análise de sensibilidade, visto que não há exposição a riscos de mercado.

Notas Explicativas

Risco de moeda estrangeira

A controlada direta AES Tietê possui empréstimos em moeda estrangeira. Como objetivo de se proteger integralmente do resultado das variações cambiais a controlada direta AES Tietê executou derivativos de *swap*, a administração designou os instrumentos como *hedge* de fluxo de caixa. Adicionalmente, com propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio incidentes em compromissos futuros, a controlada indireta Tucano Holding I contratou instrumentos financeiros derivativos (Non-Deliverable Forward (NDF). As taxas médias de câmbio consideradas para o dólar e euro, na data base de 30 de junho de 2021, foram obtidas na Bloomberg, no valor de USD5,82 e EUR6,79, respectivamente. A contratação destas operações não apresentam caráter especulativo e ambos os instrumentos possuem *hedge accounting*. Dessa forma, a Companhia não apresenta a análise de sensibilidade destas exposições, pois as flutuações da taxa de câmbio estão sendo reconhecidas no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes.

Para que uma relação de cobertura seja classificada como *hedge accounting*, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, foram executados testes prospectivos e retrospectivos de modo a demonstrar que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada deve ser reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

33. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa consolidado foram as seguintes:

	Consolidado
	30.06.2021
Compensações de PIS e COFINS	43.443
Compensações de IRPJ e CSLL	26.757
Total	70.200

	Consolidado
	30.06.2021
Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais	54.298
Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados)	7.688
Total de pagamento de juros	61.986

Notas Explicativas

34. COMPROMISSOS

Em 30 de junho de 2021, a controlada direta AES Tietê e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas informações contábeis:

Posição em 30 de junho de 2021	Consolidado						
	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	10.892	10.892	10.892	10.892	10.892	82.643	137.103
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	177.397	177.397	177.397	177.397	177.397	960.586	1.847.571
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	52.679	52.679	52.679	52.679	52.679	158.037	421.432
Encargos de conexão	4.445	4.445	4.445	4.445	4.445	165.373	187.598
Modernização e manutenção de usinas	555.170	119.206	40.302	55	—	—	714.733
Fornecimento de turbinas eólicas (i)	364.299	364.299	364.299	—	—	—	1.092.897
Contratos de compra de energia	370.945	136.885	28.105	—	—	—	535.935
Total	1.535.827	865.803	678.119	245.468	245.413	1.366.639	4.937.269

(i) No 1º trimestre de 2020, a controlada indireta Tucano Holding I assinou contrato de serviços de fornecimento de turbinas eólicas para construção do Complexo Eólico Cajuína.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Complexo Eólico Serra Verde

Em 19 de julho de 2021, após o cumprimento de condições precedentes previstas em SPA, a controlada direta Tucano Holding I concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 7 SPEs que compõem o projeto do Complexo Eólico Serra Verde, com capacidade instalada de 256MW médios pelo valor total de R\$93.050. O projeto, localizado nos municípios de Bodó, Cerro Corá, Santana do Matos e Fernando Pedroza no Rio Grande do Norte, consiste em 5 SPEs com 201MW em estágio avançado e 2 SPEs com 55MW médios, que estão em estágio intermediário de construção.

Complexo Eólico Cajuína

Em 30 de julho de 2021, a controlada indireta Tucano Holding I concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 14 SPEs, localizadas em Maracanaú no Ceará, que compõem a segunda fase projeto Cajuína, chamada São Ricardo, pelo valor total de R\$ 107.562.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A 04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da AES Brasil Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da AES Brasil Energia S.A. (?Companhia?), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2020 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 23 de março de 2021 sem modificação.

São Paulo, 04 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6

Daniel A da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O 2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis da Companhia referentes trimestre findo em 30 de junho de 2021.

São Paulo, 03 de agosto de 2021.

Diretores:

Alessandro Gregori Filho
Vice Presidente de Finanças e RI

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis da Companhia referentes trimestre findo em 30 de junho de 2021.

São Paulo, 03 de agosto de 2021.

Diretores:

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor Vice-Presidente